



Roma: uma das mais importantes manifestações

## A EUROPA DIZ NÃO À GUERRA

Gigantescas manifestações em Bona, Londres, Bruxelas, Paris e Roma contra a presença de mísseis americanos na Europa

Pág. 12



Pág. 2

O camarada Uyn Gi Bok foi recebido no aeroporto de Lisboa pelo camarada Carlos Costa

**Delegação  
do PT da Coreia  
visita o nosso país**

## REVISÃO CONSTITUCIONAL

Por imposição da «AD», o importantíssimo debate na AR em torno da revisão constitucional passa-se à porta fechada. O PCP defendeu e defende que a importância decisiva para a democracia portuguesa da questão constitucional requer a mais ampla participação de todos os portugueses. Na próxima semana, com a participação dos camaradas Carlos Brito, Veiga de Oliveira e Vital Moreira, o «Avante!» publicará a primeira de uma série de entrevistas e comentários

Pág. 4

## Belém: uma vitória

A APU conquista mais um representante na freguesia de Belém impondo à «AD» a perda da maioria absoluta

## Fiães: nova batalha

Eleições para uma freguesia onde se sucederam cinco (!) presidentes da «AD» - todos com a mesma acção de costas para o povo

Pág. 3



Imagem do comício realizado no passado sábado

## Comício do PCP em Guimarães

Pág. 6



George Marchais à chegada a Lisboa era aguardado pelo camarada Álvaro Cunhal

## George Marchais visita Portugal

Pág. 2

COMÍCIO DE AMIZADE PCP-PCF

Pavilhão dos Desportos • sexta-feira, 30 - 21.30 horas  
Intervenções de Georges Marchais e Álvaro Cunhal

# SEMANA Nacional

21

Quarta-feira



Sintra em questão

Uma força da GNR carrega sobre os trabalhadores da empresa «Fisiel», de Seia, que se encontravam a cumprir uma paralisação de um dia, em luta pela aprovação do Contrato Colectivo de Trabalho Único Vertical (COTUV) para a indústria têxtil; foram hospitalizados dois delegados sindicais. ■ Todas as forças políticas representadas no concelho de Sintra consideram que o diploma governamental criando a «Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais» retira ao Poder Local a gestão de um terço da área do concelho de Sintra, incluindo a própria vila, não garantindo igualmente uma eficaz preservação da serra e da zona litoral à «invasão do betão»; insistem em contrapartida na criação de um Parque Natural da Serra de Sintra, na qual as autarquias tenham participação determinante. ■ O ministro das Finanças João Salgueiro confirma a adopção de medidas de restrição ao crédito, alegando uma «expansão excessiva» nos últimos anos.

22

Quinta-feira

Citando números oficiais que referem uma colheita inferior de vinho este ano (em termos de quantidade, qualidade e graduação alcoólica), a CNA solicita através do seu representante na Comissão Nacional para os Assuntos Vitivinícolas (CNAV) ao presidente da Junta Nacional do Vinho (JNV) a convocação urgente de uma reunião daquela comissão para debater as medidas a tomar, de modo a não agravar ainda mais a situação dos produtores. ■ O deputado do CDS Francisco Oliveira Dias é eleito presidente da Assembleia da República, na repetição do acto eleitoral que, na terça-feira passada, deu a vitória ao candidato socialista Teófilo Carvalho dos Santos. ■ Parte para a RDA a delegação do PSUA chefiada por Hermann Axen que visitou durante quatro dias o nosso país a convite do CC do PCP.

23

Sexta-feira



Pertini

O Presidente da República de Itália, Sandro Pertini, chega ao nosso país para uma visita oficial de três dias a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes. ■ O PCP exige do Governo a instauração de um inquérito às actividades do Conselho de Gestão do Banco Português do Atlântico através de um comunicado emitido pela DORP do PCP onde se afirma que o CG do BPA tem vindo a promover a venda de empresas têxteis a ex-monopolista Mello, assim como a liquidação de empresas viáveis. ■ A Comissão Permanente do PS emite um comunicado onde critica as posições assumidas por Salgado Zenha numa entrevista ao «Diário de Notícias», tendo a direcção do PS resolvido pedir um parecer à Comissão de Conflitos sobre a atitude a tomar face aos que contestem a sua linha política, identificada com Mário Soares. ■ Os trabalhadores da Carris cumprem dois períodos de paralisação de três horas cada, em luta pela imediata revisão do acordo de empresa (AE), tendo a adesão às paralisações atingido os 85%; foi escolhido um horário de greve que causasse o menor transtorno possível ao público utente. ■ Realiza-se na «Voz do Operário», em Lisboa uma sessão pública inaugural da Conferência Afro-Arabe, que se realizará em Luanda de 6 a 9 de Dezembro próximo, uma importante iniciativa não-governamental de diálogo entre os povos daquelas duas regiões.

24

Sábado

O Movimento Nacional de Opinião Pública «Não às Armas Nucleares em Portugal» repudia o facto de o presidente norte-americano ter admitido recentemente em público a possibilidade de uma guerra nuclear em território europeu, e lamenta o apoio dado pelo Governo português, nomeadamente pelo ministro da Defesa, a um projecto bélico que envolveu já investimentos em armas da ordem dos biliões de dólares. ■ O conselho de redacção da ANOP acusa o presidente da administração Suleiman Vally Mamede de adoptar «uma indesejável atitude de subserviência em relação ao presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim» na sua atitude para com o chamado «caso Madeira», salientando que «é a independência da ANOP em relação a um órgão de soberania que está em causa»; o «caso Madeira» resume-se na tentativa (já «velha») de João Jardim em transformar a delegação da ANOP naquela Região Autónoma num simples megafone do seu Governo Regional.

25

Domingo

Prosseguindo a sua política de criação artificial de «factos políticos novos» para esconder as suas divisões internas (e não só), dirigentes da «AD» lançam a campanha de declarações contra o Presidente da República, o Conselho da Revolução e o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas; o pretexto para o PPD/PSD, desta vez, foi a publicação pelo semanário «Expresso» do que este afirma ser «um projecto de lei do general Melo Egidio» para apreciação pelo CR, em que se defendia que as FFAA e as forças policiais fiquem fora da alçada governamental. ■ Termina a sua visita de três dias ao nosso país o Presidente da República Italiana, Sandro Pertini, que afirmou pouco antes de partir que a sua visita foi um êxito pleno, no plano político e pessoal; Sandro Pertini recebeu em audiências separadas no último dia da visita e fora do programa agendado dirigentes dos dois principais partidos democráticos: Álvaro Cunhal e Mário Soares. ■ A «AD» perde a maioria absoluta que detinha na Assembleia de Freguesia de Belém, nas eleições intercalares hoje realizadas, perdendo um mandato a favor da APU; o PS manteve a custo os seus quatro representantes; os resultados foram: nove mandatos para a «AD», seis para a APU e quatro para o PS.

26

Segunda-feira



«AD» perde em Belém

A Comissão Coordenadora das comissões de trabalhadores da Banca envia uma carta ao ministro das Finanças alertando o Governo «para as actividades ilegais e possivelmente fraudulentas que estão a ser desenvolvidas pela denominada CAISPA - Sociedade de Investimentos», exigindo a suspensão da sua actividade e um rigoroso inquérito.

27

Terça-feira

A CGTP-IP envia aos órgãos de soberania um alerta para o não cumprimento, por parte do Governo, dos prazos estabelecidos na lei para a elaboração do Plano e do Orçamento, o que agrava a já catastrófica situação económica e social do País; o governo deveria ter apresentado uma proposta de Lei de Orçamento até ao prazo limite de 15 de Outubro. ■ O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na AR um projecto de lei para a criação da Comissão Instaladora do Município de Carnaxide, actualmente uma das Freguesias do concelho de Oeiras. ■ O secretário-geral do PS, Mário Soares, acusa o líder parlamentar do partido, Salgado Zenha, de fazer declarações «objectivamente desestabilizadoras».

**Efeméride da Semana** - A 27 de Outubro de 1807 é assinado secretamente em Fontainebleau, entre Napoleão Bonaparte, imperador francês, e Carlos IV de Espanha, um tratado onde se determinava que Portugal seria retalhado pela aliança franco-espanhola em três minúsculos reinos; a esmagadora derrota infligida aos exércitos napoleónicos no nosso país liquidaria tais ambições.

## Editorial

# “AD” – ILEGITIMIDADE NO GOVERNO

Nos últimos dias, timbrados por novas derrotas e insucessos da reacção governante, acentuaram-se factores de deterioração da situação nacional, com particular degradação em áreas do poder político, resultantes da acção antidemocrática e antipopular do Governo AD/Balsemão-Freitas e das forças hostis à democracia que lhe servem de apoio.

Ao mesmo tempo no seio do movimento popular e democrático crescem factores favoráveis à defesa e consolidação de conquistas democráticas de há anos submetidas a uma dura ofensiva; novos e importantes sucessos abrem terrenos inexplorados à unidade e acção das forças democráticas e patrióticas; novas esperanças se acendem no coração e nos horizontes dos que anseiam reconstituir e defender o património libertador da Revolução de Abril.

Na conjugação destes factores de ordem vária amadurecem rapidamente as condições para repor a legalidade e a estabilidade democráticas e para impor uma viragem de política e de governo que abra o caminho à superação da crise actual e ao amanhecer de dias melhores para os portugueses. Tais objectivos estão ao alcance das forças democráticas, embora obstáculos de monta se levantem no caminho da sua realização plena.

No campo dos inimigos de Abril a perspectiva de novas derrotas de efeitos mais devastadores provoca manifestações de pânico e rasgos dos mais irreflectidos. Travar e inverter o sentido dos acontecimentos tornou-se uma obsessão dos que por todos os meios activam o plano subversivo contra a democracia.

Os moderníssimos fazedores de «factos políticos» – um produto exótico da desorientação nas fileiras da AD – não brincam apenas com o fogo, como afirmou há dias justamente indignado um capitão de Abril – brincam também com os problemas reais do País, que eles conduziram a uma situação de agudeza insustentável, brincam levemente com a própria inteligência do Povo português.

O jogo da completa desestabilização política, militar e institucional a que se entregam os barões da AD no Governo e fora dele, no quadro de uma situação caracterizada por uma crise económica aguda e pela instabilidade social, é um jogo perigoso que se vira em última análise contra aqueles que dele fazem um sustentáculo do Poder.

A significativa derrota da AD em Belém pouco depois da extraordinária vitória da APU em Loures; importantes lutas da classe operária, como a dos têxteis; os incidentes que marcaram a eleição do Presidente da Assembleia da República; o desenvolvimento da manobra diversionista do «caso Timor»; a inqualificável especulação da mentira relacionada com o documento CEMGFA e as perspectivas de agravamento da crise económica resultantes da operação CEE, são pontos quentes do evoluir dos acontecimentos dos últimos dias.

No seguimento da grande vitória da APU em Loures, a derrota eleitoral da AD nas eleições intercalares da freguesia de Belém em que os objectivos principais da APU foram alcançados, constitui um novo indicio do deslocamento de forças a favor da democracia que se verifica por todo o País.

De uma forma simples o balanço das eleições de Belém pode sintetizar-se assim:

- a) A AD perdeu a maioria absoluta e folgada que tinha na Junta anterior (objectivo principal da APU plenamente alcançado);
- b) A AD perdeu um mandato e a APU aumentou um à sua representação;
- c) As forças democráticas, embora sem terem alcançado a presidência, passaram a estar em maioria;
- d) O PS, que na Junta anterior teve um comportamento unitário contra as prepotências da maioria AD demissionada, manteve com dificuldade o número dos seus mandatos – o que representa um correctivo aos socialistas de Belém pela sua recusa a uma lista democrática conjunta que teria agido obtido a maioria absoluta e com ela a presidência daquele órgão autárquico;
- e) Os agrupamentos esquerdistas e ultra-esquerdistas foram praticamente pulverizados devendo anular-se a queda vertical da UDP na sequência das substanciais perdas no número dos seus votantes que tem vindo a registar-se.

A abstenção atingiu elevada percentagem. Bateu principalmente a AD e é, quer queiram quer não, os barões e escribas da Aliança reacçãoária, uma forma ele-

mentar de repúdio da coligação governante ao nível da freguesia.

O resultado destas eleições, na sequência da vitória democrática de Loures, tem, contudo, um significado mais vasto: constitui um novo indicio da redução da base social e política de apoio da AD; reforça a tese da sua ilegitimidade como força governante; põe cada vez com mais força a necessidade da demissão do Governo AD/Balsemão-Freitas e da realização de novas eleições legislativas.

O delírio desestabilizador da AD atingiu as raias do inconcebível.

Os fazedores de «factos políticos» da Aliança reacçãoária fazem fogo com todas as baterias contra o Presidente da República, contra as Forças Armadas, contra o órgão de soberania Conselho da Revolução. O caso «documento CEMGFA» é altamente revelador desta incontinência desestabilizadora.

O objectivo da reacção é claro: quer fazer passar o seu sinistro projecto de revisão constitucional, em particular nas questões quentes e decisivas dos poderes do Presidente da República, das competências em matéria militar e do controlo da constitucionalidade das leis e dos actos do Governo.

Não é um facto fortuito que a guerrilha institucional contra o PR, o CR e as Forças Armadas tenha assumido as formas mais provocadoras no momento em que na Comissão da Revisão Constitucional da AR se discute a matéria de poderes do Presidente da República.

O ataque raioso e a deformação grosseira pelos barões e baronetes da AD em relação ao documento, cuja paternidade o CEMGFA não enjêta, atingiu, como atrás dizemos, as raias do inconcebível.

O ministro da Administração Interna que costuma deltar pela boca fora com o ar mais sério as tiradas mais ocas, o antigo membro do «directório», Ângelo Correia, cobriu-se de ridículo e de descrédito quando veio à TV mentir sobre o referido documento. O ministro Ângelo Correia, deturpando descaradamente o texto vindo a público no jornal do Primeiro-Ministro, formulou os mais violentos e grosseiros ataques contra o CEMGFA atribuindo-lhe falsamente a intenção de pôr sob o seu comando a GNR, a PSP e a GF, quando o próprio texto é explícito nessa matéria ao estabelecer que tal comando se exerceria apenas em situações de excepção (estado de sítio ou estado de emergência), como actualmente, aliás.

Todo o coro de escribas da imprensa fascista e fascizante glosou nas formas mais insultuosas para as Forças Armadas as baboseiras do MAI.

O objectivo evidente é provocar a desestabilização nos órgãos de poder que a direita não controla, enervar os militares, pôr uma contra os outros os Altos Comandos das Forças Armadas.

Significativamente a imprensa da direita que ataca o direito de militares exporem publicamente as suas ideias sobre matéria que lhes diz respeito, desde que reflitam uma posição patriótica, exalta e dá guarida a declarações de oficiais da hierarquia na reserva conhecidos pelas suas posições hostis ao 25 de Abril.

A serenidade com que os militares visados estão a reagir às provocações e a esta nova investida ultra-reacçãoária, na sequência da chicana do «relatório sobre Timor», está fazendo sair pela culatra a bala dos fazedores de «factos políticos» da AD.

Em perda de força no plano nacional, a braços com a nítida redução da sua base de apoio social e político, roída pelas suas contradições internas – estrepitosamente afirmadas na eleição do presidente da AR – a Aliança reacçãoária perde o trambelho e afunda-se cada vez mais na ilegitimidade governativa.

É evidente que o outro objectivo dos fazedores de «actos políticos» da campanha de desestabilização lançada pela Aliança reacçãoária, é desviar as atenções do Povo português de problemas graves que afectam a economia do País, as condições de vida da população portuguesa e a Independência nacional.

A crise económica flagela duramente os trabalhadores e os interesses de milhares de pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes, e de uma forma geral de todos os sectores económicos não monopolistas, são gravemente atingidos.

A «operação CEE» não é apenas uma vala para onde os

governantes da AD, representantes directos dos antigos detentores da riqueza sob o regime fascista, querem atirar a economia nacional – é, desde já, um factor de ruína das actividades económicas do País.

A inflação atingirá mais de 20%, segundo as próprias estimativas dos tecnocratas da direita; as restrições ao crédito e alta das taxas de juro são um laço mortal no pescoço de milhares de pequenos e médios empresários.

Na agricultura prevê-se uma quebra de 30 a 50 por cento na produção. A atribuição de preços mais altos e as garantias de escoamento dos produtos são anulados pela brutal elevação do custo dos factores de produção para os agricultores.

Problemas como os da madeira, dos vinhos, da pecuária, do leite assumem extrema gravidade e nenhuma solução se vislumbra para os agricultores.

Na viticultura os planos de integração na CEE a serem efectivados lançariam na ruína milhares de produtores. Apenas nos países membros da CEE os planos de arranque da vinha abrangem uma área de 77 mil hectares o que, junto aos 39 mil já arrancados de 1976 a 1979, alarga o arranque para 120 mil hectares. Toda a plantação de novas cepas está interdita até 1986.

Nesta monstruosa engrenagem a massa dos nossos pequenos e médios vitivinicultores seria simplesmente tritura-

da. Na indústria têxtil a crise pesa já duramente sobre os trabalhadores. À resistência do patronato e às tentativas do Governo de impor a portaria de extensão opõe-se a vigorosa luta de milhares de operários e operárias têxteis no Douro, no Minho, na Covilhã, onde o movimento grevista recolhe adesões maciças.

O torqu沿海 da CEE abre-se já sobre os têxteis portugueses. Conhece-se o que significaria para a nossa indústria têxtil a integração na CEE: 65% das unidades industriais teriam de encerrar as portas, 40 000 operários seriam lançados no desemprego.

O panorama interno do Mercado Comum é desolador para a indústria têxtil portuguesa desprovida de meios competitivos relativamente aos parceiros da CEE. Somente de 1973 a 1979 o encerramento de empresas atingiu 433 000 trabalhadores do têxtil e 274 000 da indústria de confecções nos países aderentes ao Mercado Comum.

Na siderurgia e na indústria química os efeitos para a produção portuguesa seriam devastadores. Os grandes projectos concebidos depois do 25 de Abril para o desenvolvimento económico do País não têm qualquer viabilidade na engrenagem maldita da CEE.

O projecto do Alqueva, elemento fundamental para o arranque da nossa produção de beterraba, base de uma produção açucareira própria e outras produções agro-industriais, dorme nas prateleiras do Governo AD. As experiências já realizadas em quatro zonas do País mostram a viabilidade deste ramo da produção agrícola como é exemplo o óptimo resultado obtido pelas UCP's e agricultores de Coruche e dos vales do Tejo e do Sorraia.

O Governo AD com a sua servil submissão aos monopólios estrangeiros e à CEE é grande responsável pela aguda crise da nossa economia.

Pela sua acção antinacional e antipopular nesta matéria o Governo AD/Balsemão-Freitas assina um outro capítulo da sua ilegitimidade como força governante.

Enquanto países membros da CEE manifestam a sua intenção de abandonar a «comunidade» – a Inglaterra, a Dinamarca, a Grécia recém-admitida, Portugal sob a égide da AD põe a cabeça no cepo em holocausto aos monopólios.

A ilegitimidade da AD para governar o País até 1984 está mais que comprovada pelas importantes derrotas que lhe foram infligidas e pela sensível deslocação de forças a favor da democracia e do 25 de Abril.

As forças democráticas têm de novo uma possibilidade histórica de desalojar a reacção do poder, de repor o curso da democratização do País, interrompido pelos defensores da política da recuperação capitalista e pelos governos da AD, e de opor vitoriosamente à Aliança reacçãoária uma alternativa de governo e de política.

A unidade, o entendimento ou a convergência de esforços das forças democráticas, principalmente socialistas e comunistas, deve ser objecto do diálogo democrático.

O PCP, como sempre tem afirmado, está aberto à negociação com todos os democratas e patriotas com vistas a uma solução democrática da crise actual.

## PCP

# Delegação do PCF dirigida por Georges Marchais chegou ontem a Lisboa

Uma delegação do Partido Comunista Francês, dirigida pelo secretário-geral, camarada Georges Marchais, chegou ontem a Lisboa para uma visita ao nosso país a convite do Comité Central do PCP.

A delegação do PCF, que estará em Portugal até ao dia 31 de Outubro, é integrada ainda pelos camaradas Maxime Gremetz, secretário

do CC e membro do Bureau Político; Jean François Gau, membro do CC e Roger Trugnan, da Secção Política Exterior.

Durante a sua presença em Portugal, a delegação do PCF terá conversações com uma delegação do PCP, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e dará uma con-

ferência de imprensa no Centro de Trabalho Vitória.

No programa da delegação do Partido Comunista Francês está ainda previsto um encontro com o Presidente da República, general Ramalho Eanes e encontros com os grupos parlamentares do PCP, do PS e do MDP para além de um encontro com o presidente da

Assembleia da República.

Na sexta-feira, dia 30, pelas 21 horas a delegação do PCF participará num comício de amizade a realizar no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

A delegação do PCF regressará ao seu país no sábado depois de conversações finais com uma delegação do PCP.

# Delegação do PT da Coreia visita o nosso país a convite do PCP

Chegou ontem a Lisboa, a convite do Comité Central do PCP, uma delegação do Partido do Trabalho da Coreia, que se desloca ao nosso país em visita oficial.

A delegação é composta pelos camaradas Uyn Gi Bok, membro suplente do Presidium do Bureau Político, secretário do Comité Central e deputado à Assembleia Popular Suprema, Kim Yong Sun, membro do CC e vice-director do Departamento Internacional, Gang Sek Ju, responsável pela Secção de Assuntos Internacionais, Baek Ung Ho, funcionário do Partido e Mun Seng Kuk, membro do Comité da Cultura para os Assuntos Internacionais e intérprete da delegação.

Até ao dia 1 de Novembro, data em que a delegação do Partido do Trabalho da Coreia regressa ao seu país, os camaradas coreanos terão um encontro com o presidente da Assembleia da República e com os grupos parlamentares do PCP e do PS e conversações com uma delegação do PCP.

No prosseguimento do programa estão previstas visitas ao Barreiro, onde serão recebidos no Centro de Trabalho local e uma visita à Câmara Municipal da Moita.

A delegação visitará ainda a redacção do «Avante!» e, antes de regressar ao seu país, terá nova conversação com uma delegação do PCP.

# Dias da URSS em Portugal este ano dedicados à Georgia

Até ao próximo sábado vai estar patente na Casa do Alentejo uma exposição de arte popular da República Soviética da Geórgia.

A exposição, que foi inaugurada pelo embaixador e o adido cultural da embaixada da União Soviética no nosso país, integra-se nas comemorações dos «Dias da URSS em Portugal», este ano dedicados à Geórgia, que decorrem até ao dia 10 de Novembro.

São cerca de 20 os autores que expõem algumas das suas obras mais representativas na Casa do Alentejo. Esta mostra da arte popular georgiana inclui águas fortes e linogravuras, bem como trabalhos em latão, alumínio, faiança, barro vidrado e feltro.

Recorde-se que os objectos em metal cinzelado e as obras em cerâmica, as formas mais divulgadas de expressão artística da Geórgia, são um antiquíssimo património cultural desta república. Já no século II a.C. esta forma de expressão era conhecida na região, tendo atingido o seu apogeu nos séculos X e XII.

## Grupos folclóricos

Entretanto, também integrados nas iniciativas promovidas pela Associação Portugal-URSS chegaram anteontem a Lisboa dois grupos folclóricos georgianos, que actuarão em diversas localidades do País.

São eles o conjunto folclórico e popular de danças «Gorda», constituído por 70 pessoas e que participou em vários festivais internacionais e o «Trío Azul», especializado na interpretação de melodias antigas e cantigas populares da Geórgia.

Este grupo, já distinguido com vários prémios nacionais e estrangeiros, formou-se há 10 anos, quando três jovens estudantes do Instituto Politécnico da Geórgia decidiram recolher, arranjar e popularizar antigos temas musicais.

Em Portugal, os dois grupos actuarão em Faro, Vila Real de Santo António, Beja, Évora, Santarém, Coimbra, Marinha Grande, Alhandra, Lisboa e Setúbal.

**Nova tabela de assinaturas**

50 números

CONTINENTE – 700\$00 • REGIÕES AUTÓNOMAS – 1 000\$00 • ESPANHA – 1 050\$00 • EUROPA – 1 850\$00 • PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – 2 400\$00 • RESTO DO MUNDO – 3 000\$00

**NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Ljubljana, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.P., Av. Santos Dumont, 57-3.º D.L.º – 1000 Lisboa Tel. 769747/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238. Tel. 769725/769722.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 576 – 4000 Porto. Tel. 693906.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira – 3000 Coimbra Tel. 31285.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 283 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776336/776750. Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Heskia Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 52 413

Poder local

# APU ganha um mandato na freguesia de Belém e AD perde a maioria absoluta

As eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Belém, realizadas no passado domingo, saldaram-se em mais um revés para os partidos da maioria governamental enquanto a APU consolidou as suas posições.

A «AD», que continua a ser a força mais votada naquela freguesia de Lisboa, perdeu a maioria absoluta que detinha anteriormente, passando de dez para nove mandatos.

A APU, pelo contrário, conquistou mais um lugar, passando de cinco para seis vogais, e aumentou em percentagem quase cinco por cento.

Quanto ao PS, que manteve a custo a posição que detinha anteriormente — quatro mandatos — continua a não conseguir impedir a «fuga» do seu eleitorado, perdendo nestas eleições mais 828 votos em relação a 1979.

Das restantes forças nem vale a pena falar. Os resultados falam por si...

A elevada abstenção registada nas eleições de Belém, (cerca de 46,8 por cento) constitui um importante ponto de reflexão. Numa freguesia onde as forças de direita detinham a maioria absoluta onde as eleições foram antecipadas por uma Comissão Administrativa totalmente «AD», paredes meias com a Câmara «AD» e o Governo «AD», é significativo que a força mais atingida pela abstenção seja exactamente a «AD», que perdeu 1688 votos.

Dizer, como o fez um elemento da Comissão Distrital de Lisboa da AD em declaração ao «Diário de Notícias», que estes resultados de Belém demonstram «que a «AD» continua a ser um projecto de mudança capaz de obter o apoio maioritário do eleitorado» ou, como afirma Jorge Campinos, do PS, ao mesmo jornal, que a «abstenção favoreceu, uma vez mais a

APU», não passa da velha política do avestruz que esconde a cabeça no chão para não ver a realidade.

Porque considerar como «vitória» a perda de uma maioria absoluta, seja onde for, é no mínimo ridículo; porque invocar os

poucos votos que a APU teve a menos (439) para escamotear a importância da conquista de mais um mandato e um significativo aumento de percentagem não passa de mais um atestado de estupidez ao eleitorado, o que aliás se vem tornando corrente nas declarações dos dirigentes da «AD» para justificar os seus desaires eleitorais.

A declaração do dirigente socialista, por outro lado, revela que o PS continua a não querer tirar as lições que o eleitorado

lhe vem dando em sucessivas eleições, designadamente nos órgãos autárquicos. Se é verdade que a APU conta com a «mobilização» do seu eleitorado e por isso sofre menos com a abstenção, o facto de se defender a política coerente de defesa dos interesses populares que intransigentemente prossegue, ao contrário do PS sempre pronto a aliar-se à direita para desalojar os comunistas das autarquias, como ainda recentemente Mário Soares tornou público e de que o caso de Loures foi exemplar.

### Uma vitória de esquerda

Cabe porém dizer que, a nível local, o comportamento dos eleitores socialistas tem sido diferente.

A afirmação de um dirigente local da freguesia de Belém do PS de que os resultados de domingo constituíram «uma vitória das forças de esquerda», prendeu-se com uma actuação a nível daquela autarquia de unidade com a APU, que só não foi mais longe — a apresentação de uma lista comum que teria derrotado a «AD» — porque apesar de tudo o lema ainda é «unidade ma non trom»... ou porque os órgãos dirigentes o não consentiram.

É lícito no entanto pensar que essa unidade verificada antes das eleições intercalares terá servido para minorar a fuga do eleitorado, o que permitiu a conservação do mesmo número de mandatos socialistas.

A existência actual de uma maioria de esquerda na Assembleia de Freguesia de Belém vai certamente permitir alterar substancialmente a constituição da Junta de Freguesia, conferindo-lhe uma nova dinâmica, colocando-a ao serviço da população.

Como afirmou o camarada Octávio Pato no Centro de Trabalho de Belém, ao anunciar que a APU conquistara o seu sexto mandato à «AD» (elegendo um jovem trabalhador da Casa Pia), «os objectivos centrais da nossa campanha foram atingidos» e os resultados confirmam o que o PCP tem vindo a afirmar, ou seja, «a tendência geral verificada nas mais recentes eleições intercalares, pois acentuaram a perda de votos e de posições da «AD» e relembram que a «AD» perdeu há muito tempo a legitimidade para governar não só ao nível do Governo central como agora ao nível da Câmara Municipal de Lisboa».

### Evolução dos resultados eleitorais na freguesia de Belém

	1976		1979		1981	
	VOTOS	MAND.	VOTOS	MAND.	VOTOS	MAND.
ELEITORES	15 920		14 049		14 191	
VOTANTES	10 319 (64,81%)		10 620 (75,59%)		7539 (53,12%)	
BRANCOS E NULOS	340 3,29%		149 1,4%		85 1,12%	
PSD+CDS (AD)	3490 33,82%	5	5189 48,86%	10	3501 46,43%	9
APU	1740 16,86%	2	2649 24,94%	5	2210 29,31%	6
PS	3733 36,17%	5	2356 22,18%	4	1528 20,26%	4
UDP	901 8,73%	1	277 2,61%		66 0,88%	
ASDI	-	-	-	-	88 1,17%	
MRPP	-	-	-	-	48 0,64%	



Na Amadora, experiências fecundas para os eleitos do Poder Local

# Presidente da Câmara da Amadora e vereador socialista falam ao «Avante!»

Oriando Almeida é presidente da Câmara Municipal da Amadora, o mais novo município e com uma população que o coloca entre os primeiros do País. Participava nos trabalhos da mesa da 8.ª secção — educação, cultura, desporto, juventude e tempos livres — quando o fomos interromper.

Se é certo que nos moviam interesses em saber a sua opinião sobre a realização da Conferência, esta não era contudo a nossa razão principal. Pairando sobre este interesse no depoimento estavam as recentes eleições de Loures. A Amadora, segundo alguns boatos que certamente teriam fundamento e de que os órgãos de comunicação fizeram eco, seria a segunda experiência do PS com o PPD caso o resultado de Loures lhes fosse favorável.

Mas a nossa conversa começou pela reunião a nível nacional que naquele domingo se realizava em Almada. Sobre esta iniciativa diria Oriando Almeida:

— O primeiro aspecto importante da Conferência é a experiência acumulada ao longo destes anos do poder local e que hoje aqui é apresentada. São experiências ricas de vários eleitos para as autarquias.

Diversos trabalhos escritos serão publicados e que poderá extrair essa mesma experiência a nível de todas as forças políticas, isto a montante da Conferência.

A junta, a Conferência resulta da discussão, dos textos aprovados colectivamente, permitindo fazer um balanço daquilo que foi feito, possibilitando deste modo sistematizar conhecimentos e a própria experiência que em muitos casos estava dispersa.

— Como autarca — desde 1974 que trabalho directamente ligado ao poder local — é claro que este trabalho vai enriquecer a minha experiência pessoal e que irá reflectir-se no trabalho prático.

Evitando estabelecer um paralelo entre Loures e a Amadora, embora tivesse reconhecido que os vereadores do PS e da AD naquela autarquia por vezes tivessem ameaçado fazer cair a Câmara, Oriando Almeida procurou antes focar as dificuldades de um executivo que estando em minoria nem sempre pode prosseguir, por obstruções várias, uma política de realizações que sirva os interesses das populações. Recordando que a APU na Amadora só tem 4 vereadores em 11, sendo os restantes, três do PS e quatro da «AD», declarou:

— Existem muitos assuntos que têm sido tratados por estas forças políticas de uma maneira contrária à que a APU pretenderia. Nomeadamente o PS e a «AD» têm-se oposto a que existam vereadores a tempo inteiro, como a lei permite. Para além do presidente e de um vereador da APU a tempo inteiro convidámos respectivamente o vereador Andrade Neves e depois Hélio Cerqueira, do PS, e o vereador Saldaña, da «AD», para ficarem a tempo inteiro, ficando todas as forças políticas representadas. Mas recusaram. A não existência de dois vereadores a tempo inteiro só prejudica o trabalho que se tem de desenvolver para resolver os problemas das populações.

mesmo se passa no respeitante à distribuição dos pelouros. O PS e a «AD» em conjunto têm recusado as propostas feitas para distribuição dos pelouros da Câmara. E já foram feitas três propostas diferentes. Até agora nunca estiveram de acordo.

Falando da última reunião da Câmara, já depois de conhecidos os resultados das eleições de Loures, diria:

— Na última sessão conseguimos maioria com o PS e com a «AD» alternadamente. Anteriormente, o que se passava é que eles votavam em bloco contra a APU.

Por último e interrogado a esse respeito considerou estar convencido de que numa situação de derrube da Câmara por aliança do PS com a «AD», a APU não iria perder votos.

### Não comungo de todas as opiniões

No final da Conferência, decorria já o começo com o camarada Carlos Costa, tivemos oportunidade de encontrar entre os convidados o vereador do PS na Câmara da Amadora, Alcides de Matos.

Hesitando ligeiramente sobre se deveria responder, acabou por tocar as suas opiniões sobre a Conferência. E declarou-nos:

— Acerca desta Conferência parece que ela foi importante sob o ponto de vista de sistematizar algumas das posições do PCP em relação ao poder local.

Não comungarei de todas as posições expressas na sessão de abertura por alguns dos oradores. No caso concreto, levantam alguns processos de intenção às acções de alguns eleitos do PS, a nível geral, pois os militantes do PS, por conhecimento próprio, são honestos e lutam verdadeiramente pelos interesses das populações.

lações dos concelhos e das freguesias.

No entanto, comungo de algumas das afirmações feitas em relação ao boicote do Governo «AD», em relação aos casos concretos da não aplicação da Lei das Finanças Locais, que têm contribuído grandemente para que não se possam resolver mais rapidamente os problemas prementes das populações a nível local. Também comungo da necessidade de se conseguir a aprovação de uma autêntica Lei de Regionalização, que não seja unicamente encarada como uma desconcentração dos serviços a nível central, mas que resulte de uma efectiva transferência do poder em certas áreas para as regiões.

Falou-se depois da Câmara da Amadora e das críticas que poderia fazer. Também aqui hesitou, alegando não ser a pessoa nem o momento mais indicado para o fazer. Mas acabou por declarar:

— Como vereador do PS na Câmara da Amadora entendo que por falta de conhecimentos dos eleitos da APU e por inabilidade política na discussão e distribuição dos pelouros têm criado alguns problemas que pessoalmente considero graves para a população da Amadora, pois têm-se atrasado algumas das obras fundamentais (caso do parque central da Amadora, do viaduto do Alto do Maruro, o lançamento de escolas primárias e a recuperação do balneário claudino Moinhos da Funchelra), o que origina um gesto suplementar de dinheiro, que já é pouco pela não aplicação da Lei das Finanças Locais.

O PS a nível do concelho — acrescentou ainda — tem com toda a lealdade levantado estes problemas e tem inclusivamente apresentado algumas acções de carácter ilegal que se têm processado na Câmara.

Nesta altura pedimos que especificasse essas acções ilegais mais Alcides de Matos considerou que não valia a pena. E prosseguiu:

— Por outro lado, é preciso que fique claro que os vereadores do PS não abdicam do contributo que têm prestado para a realização de muitas obras que efectivamente se estão a realizar e que não seriam possíveis sem esta nossa colaboração.

E a terminar: — Entendo que para bem das populações do concelho devam ser reabertos canais de diálogo de forma a resolver mais e mais depressa os prementes problemas da população daquele concelho.

# Santa Marinha do Zêzere — sete meses de gestão APU

Santa Marinha do Zêzere é a maior e mais populosa freguesia do concelho de Baião. Nas eleições autárquicas de 1979, a APU foi a força mais votada, mas desde logo a AD e o PS começaram a criar dificuldades ao funcionamento da Junta de Freguesia até que, abandonando os cargos para que foram eleitos, provocaram a queda daquele órgão autárquico. Em 22 de Março de 1981 o povo de Santa Marinha voltou às urnas.

E escolheu de novo a APU que reforçou a sua votação obtendo 402 votos contra 375 da AD e 212 do PS. Sete meses depois o «Avante!» foi saber como era a situação. Que progressos, que dificuldades em Santa Marinha do Zêzere.

Foram os camaradas Serafim Amorim, presidente da Junta e Sabino Carvalho, tesoureiro, quem nos responderam.

— A APU candidatou-se com um programa que vocês próprios consideravam ambicioso. Sete meses depois que aspectos conseguiram concretizar?

— Desde 21 de Abril (data da tomada de posse) até 1 de Junho, nós vivemos com um saldo de 380\$00 (III) que a Comissão Administrativa nos tinha deixado. Durante esse período, enquanto não tínhamos recursos, trabalhamos na elaboração do plano de actividades e orçamento na base do programa eleitoral, à espera da receita que prevíamos nos fosse dada. Este plano reuniu o consenso da Assembleia de Freguesia.

Uma coisa que eu queria frisar: os resultados das eleições intercalares, reforçando a APU e condenando as forças que fizeram obstrução sistemática à Junta anterior até à sua queda, possibilitaram um entendimento entre o PS e a APU, o que permitiu que mesmo ganhando nós por maioria relativa o executivo fosse exclusivamente da APU. Os resultados mostraram que só com o entendimento das forças que estão verdadeiramente interessadas na resolução dos problemas é possível o progresso de uma terra.

Bom, em Junho recebemos 446 contos que é 1/3 do que nos

cabe pela Lei das Finanças Locais. Ai começámos a trabalhar.

### Os primeiros frutos

No lugar de Saranado fizemos um fontanário e um lavadouro. Este lavadouro é o melhor que temos e ficou por menos cem contos do que um outro que a Comissão Administrativa tinha feito.

Concluímos calcetamentos em três lugares — Bairro Novo de Miguas, Casal Pai e Barreiro. Fizemos a compra de uma nascente de água que abastece quatro lugares ao domicílio.

No período da seca, a Câmara tinha aprovado no Plano 500 contos para o reforço do abastecimento de água, mas não fez nada. Nós então arrendámos uma água para fazer face ao problema e enquanto antes só havia água uma hora, dia sim dia não, passou a haver duas horas por dia.

Outra realização importante refere-se ao Jardim de Infância, que tinha sido iniciado em 1975 e que a AD tentou fechar nos últimos anos — basta dizer que no ano passado funcionou com duas crianças! Este ano abriu, mas agora com cerca de trinta crianças.

A obra de fundo que neste momento temos entre mãos é o

cemitério. A propósito, cabe dizer que todas as nossas obras são feitas por administração directa o que, com a escassez de dinheiro, não nos permitem acelerar mais.

Mas sobre o cemitério temos a informar que a Junta vendeu campos, o que satisfaz o desejo de muita gente. Venderam-se cerca de cinquenta e com esse dinheiro fizeram-se obras no cemitério. Assim não se prejudicou outro melhoramento nem as finanças da Junta. Podemos dizer que temos o melhor cemitério da região, com um aspecto digno.

Agora estamos a fazer diligências para comprar um terreno para a construção de um edifício para sede da Junta.

Por outro lado, quanto à actividade «burocrática», somos quase «exemplares». O secretário é incansável e ninguém se queixa de perder tempo por um atestado. Não temos complexos de «chapéu na mão»...

A dedicação e amor à sua terra e ao seu povo estavam bem patentes nas palavras e nos rostos dos nossos dois entrevistados. Como o legítimo orgulho nas obras realizadas. Mas nem tudo são rosas. As dificuldades existem. Falamos nelas.

### Da Câmara 'AD' ao exemplo APU

— Quais as dificuldades maiores que têm sido obrigados a enfrentar?

— De tudo o que foi aprovado no plano da Câmara 'AD' deste ano para Santa Marinha do Zêzere nada foi feito.

Havia no plano camarário para a nossa freguesia obras de água, luz, estradas, que importavam em mais de cinco mil contos. Até hoje, nada. A Câmara tem-nos feito obstrução sistemática.

— E qual o comportamento da 'AD' na freguesia, na Assembleia?

— Na freguesia a 'AD' emudeceu. O silêncio é completo. Face à opinião generalizada da população, às suas manifestações de contentamento pelo trabalho da APU, eles calam-se.

— Quer dizer então que têm sido apolados pelo povo da freguesia. Podem dar exemplos?

— À bocado falámos da compra da nascente de água e do abastecimento ao domicílio. No fim de 1981, princípio de 1982, a obra deve estar pronta. E isto só será possível porque a população trabalhará nela voluntariamente. O fontanário ficou à Junta por 25 contos: a autarquia deu o material, a população o trabalho.

Por isso não temos medo de levar avante o nosso programa. A população trabalha conosco. — Mas a oposição do executivo camarário pode entrar a concretização de alguns projectos. Como é que a população reage a isso?

— A actuação da Câmara está a cavar o fosso da 'AD'. Claro que esta é uma região onde o caciquismo ainda tem influência, onde os dirigentes da 'AD'

são os homens da antiga ANP. Mas St.ª Marinha do Zêzere é um exemplo, as pessoas vêm e comparam.

Nós sabemos que Santa Marinha, que é a maior freguesia de Baião, tem uma grande responsabilidade na transformação do concelho, pelo exemplo que pode dar às restantes freguesias.

Aqui, toda a gente sabe que os três membros do executivo

da Junta são da APU, são militantes do Partido Comunista e mesmo assim toda a gente colabora conosco. Na nossa freguesia já não há preconceitos anticomunistas.

Santa Marinha do Zêzere é um exemplo de gestão APU, um exemplo de progresso, um exemplo de dedicação dos democratas à sua terra e ao seu povo.

Outros se seguirão.

# Vai haver eleições na freguesia de Fiães

A Junta de Freguesia de Fiães, no concelho de Vila da Feira, caiu no passado dia 17 após um conturbado período em que mudou nada menos do que cinco vezes de presidente.

Aquele órgão autárquico, de presidência AD, com um vogal PS e outro APU — respectivamente o tesoureiro e o secretário — nunca funcionou devidamente, provocando um descontentamento crescente da população da freguesia.

As razões da inactividade da Junta podem encontrar-se em primeiro lugar no desinteresse e incapacidade dos eleitos da AD e nas suas divergências internas, que de resto viriam a estar na origem das substituições sucessivas no cargo de presidente da Junta. De assinalar que dos cinco eleitos da AD que passaram por Fiães de 1979 até agora, um perdeu o mandato por faltas e os restantes limitavam-se a apoiar a Câmara contra os interesses da freguesia.

Por outro lado, a AD na freguesia de Fiães nunca aceitou a existência de uma maioria democrática — a Assembleia de Freguesia era composta por cinco elementos da AD, quatro da APU e quatro do PS — provocando litígios constantes com a oposição.

Foram esses litígios que estiveram aliás na origem da demissão dos vogais socialistas, o que deixou a APU numa situação deveras ingrata. Ou os seus eleitos permaneciam em funções, mantendo dessa forma uma Junta de presidência AD em tudo contrária aos interesses populares ou, como veio a suceder pediam também a demissão para possibilitar a realização de novas eleições.

Novas eleições que certamente vão provocar alterações na composição dos órgãos autárquicos da freguesia, uma vez que a experiência AD não deixou saudades. A pequena margem de votos que em 1979 separou as três forças políticas em presença (cerca de meia centena), com a existência já então de uma maioria democrática, permite prever que os resultados do próximo acto eleitoral constituirão mais uma derrota para as forças da coligação governamental.

Coligação que a nível local não deu melhor imagem do que a nível nacional, pois nem o facto da Câmara de Vila da Feira ser de maioria AD serviu para apoiar a Junta de Fiães. Basta dizer que as obras orçamentadas e programadas pelo município para a freguesia foram adiadas, como sucedeu por exemplo com a ponte de Vilar, e que a única obra realizada, em Agosto do ano passado, ficou a dever-se ao trabalho persistente dos eleitos da APU. Trata-se da abertura de uma estrada em Ferradal, há muito desejada pela população.

A marcação da data das eleições intercalares cabe agora à Câmara Municipal de Vila da Feira, bem como a nomeação da Comissão Administrativa que entretanto deverá gerir os assuntos correntes da freguesia de Fiães.

# Porto A «AD» quer boicotar a 4.ª edição do FITEI ● Teatro Experimental (TEP): 30 anos de acção

Assumem a dimensão de verdadeiro escândalo as posições dos representantes da «AD» na Câmara Municipal do Porto, e em particular do seu presidente, no sentido do adiamento e da indefinição do subsídio camarário ao Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI), que se realizará pela quarta vez consecutiva na cidade do Porto.

A «AD» confirma, assim, a sua política de entraves à realização e desenvolvimento da grande iniciativa cultural da capital norteana. Que a direita está desligada das realidades culturais do País é assunto já mais do que conhecido. Que os senhores da «AD» temem o significado das realizações culturais, nomeadamente enquanto jornadas de aproximação entre povos, é também ponto já assente.

Agora, tentar boicotar à luz do dia a promoção do FITEI, acontecimento de prestígio internacional sem paralelo na cidade do Porto, isso é já um autêntico escândalo que deve de imediato ser denunciado à opinião pública, em especial ao povo do Porto, principal atingido pela manobra da «AD».

Entretanto, começa a ser conhecido o programa do Festival, que este ano decorre de 7 a 22 do próximo mês de Novembro. Mais de trinta grupos e companhias de teatro, oriundos de vários países e regiões de expressão ibérica (Espanha, Angola, Cabo Verde, México, Guiné-Bissau, Moçambique, Brasil,

Venezuela, Colômbia, Equador, além do nosso país) irão participar no Festival.

O FITEI é aberto às mais diversas formas de expressão. Por exemplo, este ano participará o «Auto das Floripes» representado pelo povo da aldeia das Neves-Barroselas, o grupo de danças de Humpata, de Angola, os Mimos do «International Mime Theater», da Colômbia, entre outros.

Além das muitas actividades paralelas que vão decorrer, será de salientar a realização diária de colóquios, sempre no mesmo local e à mesma hora, e ainda a efectivação de dois cursos orientados por professores do «Roy Hart Theater», de França e por elementos do «International Mime Theater».

O grande sucesso deste festival tem residido na sua perspectiva de actividade aberta de grande interesse, de utilidade pública, voltada para amplas camadas da população.

Ainda na cidade do Porto, regista-se mais um aniversário do Teatro Experimental — TEP.

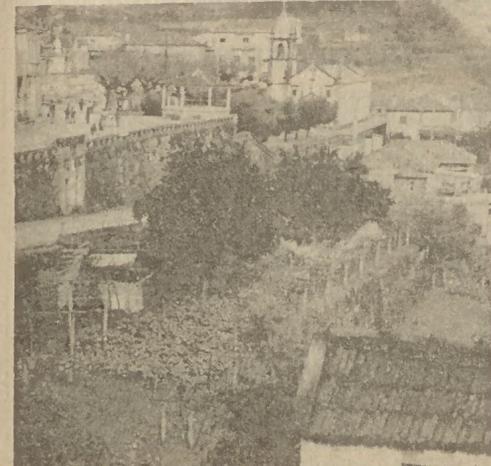
Falar de 30 anos do TEP é lembrar o espaço cultural que, durante o fascismo, foi importante local de unidade democrática.

O TEP foi ponto de encontro obrigatório de homens e mulheres que lutaram contra o obscurantismo e que usavam a cultura teatral para a transformação da sociedade fechada e obscurantista que então se vivia.

As comemorações dos seus 30 anos de actividade, partindo da reflexão do importante papel de inovação e pioneirismo que o TEP constituiu, deverão servir para o representar de novos caminharos que, também no teatro, a liberdade e a democracia nos exigem.

Uma exposição retrospectiva dos 30 anos de actividade do TEP será inaugurada na Cooperativa «Árvore», na abertura do FITEI. Os figurinos, os adereços, os cenários, a indumentária, os livros e outros materiais da exposição serão um testemunho vivo de um passado honroso.

Além disso, serão editadas duas serigrafias de homenagem a António Pedro e Augusto Gomes e uma medalha comemorativa. Será publicado um livro com a história do CCT/TEP. Um cartaz comemorativo e concursos de textos de teatro complementarão as actividades para esta efeméride.



Terra

# Agricultores reclamam a isenção da contribuição predial rústica

Agricultores da zona da serra do distrito de Coimbra, face aos prejuízos sofridos com os incêndios que devastaram este ano grande parte da floresta da região centro, estão a reclamar a isenção da contribuição predial rústica por um período de 20 anos.

Estão neste caso os agricultores dos concelhos de Miranda do Corvo e de Vila Nova de Poiares que em concentrações convocadas pelas respectivas comissões pró-União de Agricultores aprovaram um conjunto de reclamações dirigidas ao Governo.

Quer em Miranda do Corvo, quer em Poiares — onde em qualquer dos casos estiveram reunidos mais de 300 agricultores — a lavoura entende que o escoamento das madeiras deve ser feito a preços justos, que o Governo deve criar estabelecimentos de recolha para o eflúo e pagar as indemnizações pelos prejuízos sofridos, bem como dar ajuda e apoio técnico no repovoamento das áreas queimadas.

Em Vila Nova de Poiares, onde se registaram 126 adesões à União dos Agricultores do concelho e cuja comissão directiva, embora provisória, foi já eleita, o próprio presidente da Câmara, também comandante da corporação de bombeiros local, esteve presente na concentração de agricultores e mani-

festou o seu apoio às reclamações apresentadas.

O Governo AD que prometera medidas de prevenção, detecção e combate a incêndios, uma vez mais, pela ausência de medidas de facto, esqueceu tais promessas, e agora, depois de ter deixado arder o país, prepara-se para não acudir aos agricultores prejudicados pelas «vindimas de fogo» das florestas.

O rescaldo desta «vindima» não se cifra apenas em pinhais e eucaliptais aridos, mas também em vinhas, oliveiras, searas de trigo e até casas de habitação com todos os haveres, o que pode significar o desespero, a fome e a miséria para muitos agricultores.

Entretanto, num comunicado em que pretende responder «activamente à solicitação feita pelo Governo para colaborar nas acções a emprender com o fim de resolver os efeitos nefastos dos incêndios que têm afectado o país», a Portucel propõe-se actuar atra-

vés da «intervenção na exploração das matas queimadas»; na «aquisição das madeiras que interessam à indústria de celulose» e na «reflorestação».

Dada a aplicação necessariamente imediata dos dois primeiros aspectos acima referidos foram criados «parques de recepção» em Pombal, Soure, Tábua, Lousã, Pampilhosa da Serra, Mortágua e Vila Velha de Ródão.

Contudo, esta situação está longe de agradar aos proprietários florestais sinistrados por três grandes razões: primeiro, a cobertura da região incendiada é deficiente pois nalguns casos existe apenas um parque para vários concelhos (Pombal serve sete concelhos, Lousã serve quatro, Vila Velha de Ródão serve dois distritos, etc) e mesmo assim há concelhos que não estão cobertos por nenhum parque; em segundo, porque os proprietários são obrigados a depositar à sua custa as madeiras nos parques; por último, todos os encargos de corte, descasque, transporte das árvores, etc, são por conta do proprietário e os preços pagos a 90 dias são manifestamente baixos, variando de 480 escudos na Pampilhosa a 550 escudos em Pombal, à excepção de Vila Velha de Ródão onde a madeira é entregue directamente na fábrica Portucel e por isso o preço é de 650 escudos/ester para o pinho e de 1000 escudos/ester para o eucalipto.

Ora aí está como afinal esta intervenção não passa de nova medida demagógica destinada apenas a que o Governo possa dizer que efectuou a intervenção reclamada pelos proprietários, quando na verdade em nada eles são beneficiados já que os próprios «madeireros» chegam a pagar melhor preço (apesar de tudo) e compram a madeira de «pé», ficando a seu cargo o corte e todas as operações seguintes.

É, pois, com vista a discutir a intervenção do Governo neste sector que várias organizações de agricultores estão a preparar reuniões, plenários e concentrações.



Em Poiares, no final da concentração, increveram-se 126 agricultores na União do concelho

# Governo agrava situação da agricultura

«A produção vai baixar e a nossa vida será ainda mais difícil», alerta a Liga dos Agricultores do Concelho de Bragança, em comunicado recentemente distribuído, a propósito das crescentes dificuldades com que se debate a lavoura.

Analisando os resultados da produção agrícola deste ano a Liga conclui que os efeitos de desastrosas das geadas e da seca provocaram a queima da castanha, azeitona e nozes e a impossibilidade de produzir forragens e vegetais.

Por outro lado, a subida do preço das rações vão também criar dificuldades na alimentação do gado que nem sequer pôde ser vendido já que nas feiras o seu preço baixou ao produtor.

O atraso no pagamento das indemnizações pelos prejuízos das geadas, bem como o aumento de 45 por cento no preço dos adubos decretado pelo Governo, são outros factores responsáveis pela situação de ruína e miséria actual.

Depois de se referir ao protesto e à luta que as organizações da lavoura têm efectuado de um pouco por todo o país, e de destacar as acções desenvolvidas em defesa dos interesses dos agricultores da região, a

Liga sublinha a necessidade de que seja feita «justiça a quem trabalha a terra».

E conclui, com a força de quem sabe da justiça da sua luta: «tem de ser ouvida a voz dos agricultores!»

TELEGRAMA form with fields for recipient (MINISTERIO DA AGRICULTURA E PISCAS), sender (LIGA DOS AGRICULTORES DO CONCELHO DE BRAGANÇA), and address (LISBOA).

# Pensões de reforma Demagogia do Governo não engana agricultores

O Governo da AD, forçado pelos movimentos de agricultores, aumentou as pensões de reforma mas a verdade é que estas continuam escandalosamente insuficientes e não cobrem sequer a inflação que se verificou desde que o último aumento foi concedido.

Por outro lado, o Governo prometera aumentar as pensões todos os anos, o que significa que este aumento deveria entrar em vigor já em Outubro e não em Dezembro como o Governo quer — mais uma promessa grosseiramente esquecida.

A AD prosseguiu assim a sua demagogia, mas só a que julga bastar, isto é, pensa que consegue com este aumento ridículo — de 2400 escudos para 2800 nuns casos, e 2900 noutros — enganar os agricultores que há muito lutam por uma melhor previdência rural, indispensável para travar o agora inevitável êxodo dos campos para a cidade.

Só que ninguém já vai na demagogia da AD e o próprio Governo tem sido obrigado a ceder às reivindicações dos agricultores como é o caso da criação das pensões para as viúvas, há

muito reclamadas pelo movimento unitário MAPRU.

Mas se é certo que o Governo cedeu e criou as pensões para as viúvas, a verdade é que ainda não divulgou o montante das mesmas nem os critérios para a respectiva atribuição — o Governo da AD linha de travar tal régua em algum lado...

Por tudo isto é que, apesar desta demagógica medida governamental, os agricultores através do MAPRU continuam a reclamar um maior aumento e que este comece a vigorar a 1 de Outubro.

# Camaradas falecidos

**GILBERTO ÂNGELO**  
Faleceu recentemente o militante comunista Gilberto Pino Ângelo, velho lutador antifascista, impulsionador de todas as comemorações do 25 de Abril até agora realizadas em Coimbra.

Presidente do Ateneu de Coimbra, o nosso camarada era muito estimado e reconhecido em toda a cidade e nos hospitais da Universidade de Coimbra (seu local de trabalho). O seu enterro constituiu uma impressionante manifestação de pesar, à qual se juntaram muitas centenas de pessoas.

**ANTÓNIO FERREIRA**  
Natural de Montelavar, faleceu com 57 anos, o militante comunista António Martins Ferreira. O nosso camarada fazia parte do comité local de Montelavar.

**ANTÓNIO SIMÕES**  
Com 59 anos de idade, faleceu no lugar do Escoural (Montemor-o-Novo) o militante comunista António Fadista Simões. Era pequeno comerciante e militava na organização local do Escoural.

**JERÓNIMO GARCIA**  
Faleceu subitamente em Lisboa, com 65 anos, o camarada Jerónimo Garcia, natural de Provesende, Sabrosa (Trás-os-Montes).

**ERMELINDA DE SOUSA**  
Faleceu recentemente a camarada Ermelinda da Conceição de Sousa que estava ligada à organização concelhia do Barreiro.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta aos familiares dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

# Assembleia da República

## Um novo presidente de uma maioria velha

Eleito mas pouco à vontade, o novo Presidente da Assembleia da República — 128 votos a favor 108 contra, 2 nulos e 2 abstenções de renitentes —, procedeu à praxe. Todo corado — envergonhado ou vaidoso? —, foi buscar Ribeiro de Almeida e levá-lo à bancada do PSD, onde o sentou, fazendo provavelmente votos para que não mais nenhum deputado daquele partido da aliança volte a subir à cadeira da Presidência. Depois foi cumprimentar Teófilo Carvalho dos Santos que dias antes tinha vencido as eleições, mas que a «AD», não respeitando sequer as próprias opiniões acerca do valor que atribui aos votos, não considerou eleito.

Foi assim que, na passada quinta-feira o CDS Oliveira Dias se tornou, mau grado as perpécias da sua pouco convincente eleição, na segunda figura da República Portuguesa, no novo regime de liberdade instaurado após o 25 de Abril. Oliveira Dias, membro destacado de um partido cuja actuação não deixa margem para dúvidas e sempre se encontrou do lado dos que pensam voltar ao passado, o deputado «centrista» cuja candidatura foi também assinada por um ex-ministro de Salazar, o inefável Adriano Moreira, dispõe agora de uma cadeira no regime para atacar o próprio regime. Mais à vontade pode, como segunda figura, continuar os seus ataques à primeira figura do Estado, o Presidente da República.

Todo o processo eleitoral para a Presidência da Assembleia deixou, porém, um travo de amargor nos deputados da direita. Já não bastavam as várias derrotas — eleições presidenciais, Loures, agora Santa Maria de Belém. Também o próprio candidato ao lugar agora ocupado pelo CDS fora contestado pelos próprios partidos apoiantes, já que da confusa contabilidade feita tanto pelo CDS como pelo PSD, e das acusações mútuas que publicamente se desferiram, resulta claro que em ambas as formações da aliança reaccionária houve gente que não gostou — e de certo continua a não gostar — de ver Oliveira Dias na Presidência.

A má vontade era tanta em elegê-lo que até Natália Correia, no entanto pessoa sabedora do que quer, de para onde vai e como vai, se enganou na escadinha no momento do voto: em vez de se dirigir à urna, subiu mais alto. Que queria significar com tal gesto a deputada que tão bem se dá com o manejo dos símbolos?

De qualquer modo, Oliveira Dias está eleito. E discurso. Seria o mesmo discurso que preparara dois dias antes? Ou teria feito um novo, abrindo-o como abriu em piscadelas de olho para os jornalistas, as únicas testemunhas presenciais do escândalo que constituiu a primeira tentativa para elegê-lo?

em arquivos ministeriais esta-  
pendentes há anos,  
aguardando despacho,  
volumosos trabalhos preparatórios  
e estudos de direito com-  
parado.

Não foi porém apenas a urgência que mobilizou o grupo parlamentar comunista para a apresentação de um tal projecto. O projecto do PCP não pode ser classificado de apressado, já que, também ele, é resultado de muitas consultas e de um trabalho preparatório que cuidou de ouvir os principais interessados. Com efeito, não só técnicos de segurança social, como também autores concededores da problemática que este tipo de legislação levanta, participaram na preparação das bases sobre as quais os deputados do PCP trabalharam e cujo resultado agora veio a público sob a forma do diploma a ser apreciado na Assembleia da República. Diploma que, apesar de se di-

## Carlos Brito em Faro encontros com trabalhadores

O camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, deputado do PCP eleito por Faro, realizou naquele distrito, nos passados dias 23 e 24 do corrente, um diversificado programa de contactos e reuniões que, em nota de imprensa, à Direcção da Organização Regional do Algarve divulgou.

O dirigente comunista encontrou-se com a Comissão Instaladora da Universidade do Algarve, onde constatou as dificuldades que se têm deparado no prosseguimento do seu trabalho, desigualmente nos obstáculos que têm sido levantados à obtenção de instalações provisórias que permitissem o arranque imediato de alguns cursos. Outra das preocupações reveladas diz respeito ao fornecimento de verbas por parte do Governo, que permitam o início da construção definitiva da Universidade, cujos custos estão avaliados em mais de 2 milhões de contos.

Em Monte Gordo, o camarada Carlos Brito encontrou-se com pescadores, assim como em Quarteira e Fortimão, onde pôde constatar que a aplicação dos acordos de pesca com a Espanha não contemplam os interesses dos pescadores de Monte Gordo, cujas redes continuam a ser destruídas pelas embarcações espanholas, ao mesmo tempo que continuam a não ob-

ter facilidades de pesca em águas espanholas, degradando-se simultaneamente os recursos portugueses.

Em Quarteira, os pescadores estão a contatadas com várias ofensivas. A «Lusotur» pretende expulsá-los da marina, único porto de abrigo de que podem socorrer-se, dado a inexistência de um porto de pesca em Quarteira; continua a indefinição quanto à malhagem das redes, ao mesmo tempo que se desenvolve um processo de coacção e intimidação sobre estes trabalhadores e seus familiares, a pretexto de inquéritos mandados instaurar pelas autoridades marítimas, durante os quais são utilizados métodos que nada têm a ver com Portugal democrático. Tais métodos obtêm a complacência das autoridades locais.

O presidente do grupo parlamentar do PCP encontrou-se ainda com a Comissão de Trabalhadores da «Pescruil», que o informou sobre a situação em que se encontra a luta que os trabalhadores travam há meses em defesa da nacionalização da empresa. Mais de uma centena dos 140 trabalhadores da «Pescruil» já se pronunciaram mais de uma vez — e agora através da resposta ao inquérito da administração — pela continuidade da nacionalização da empresa.

# Revisão Constitucional

## Porquê o segredo? O que está em jogo?



Continuam os trabalhos da revisão constitucional. Sabemos que a pressão da «AD» quereria ver já a Constituição revista, melhor, quereria possuir já uma nova Constituição que lhe permitisse não só eternizar-se no poder mas também servir-se dela como instrumento de destruição das conquistas de Abril. «Espartilho» têm chamado os responsáveis da aliança reaccionária à lei fundamental do País. Na realidade tem esse documento constituído um espartilho às acções de recuperação monopolista, contrariando, através dos mecanismos que impõe, a gula saudosista dos homens do passado.

Assim, não sabemos se o ritmo de revisão tem sido ou não do agrado da «AD», espartilhada também como está pela própria disposição constitucional que exige uma maioria de dois terços para a revisão. Dependente da anuência do Partido Socialista para levar por diante — tão longe quanto possível —, a sua obra de destruição do principal edifício legal do regime democrático, a «AD» não se importaria muito de esperar. E parece, segundo o que alguns meios de informação veiculam, que possui algumas razões para ter esperanças.

Com efeito, não são apenas os que, no campo democrático e fora do PS, exprimem as suas apreensões quanto a uma eventual aliança do PS com a «AD» em matéria de revisão constitucional, nem são apenas os apelos de alguns responsáveis da periculante maioria no poder que abrem caminho à especulação nesse sentido. Também alguns socialistas, militantes destacados do Partido Socialista, exprimem dúvidas. E não só dúvidas: acusações de que uma aliança PS/AD está na forja.

De qualquer modo não é o ritmo o mais importante. Lento ou apressado, o processo de revisão da Constituição, que muito justamente tem preocupado os trabalhadores e os democratas portugueses, chega aos principais interessados através do filtro abafado da maioria dos órgãos de informação. Aqueles meios de comunicação que estão ao serviço do poder calam-se. Ou divulgam tão só os apelos da «AD» à maioria dos dois terços. Os outros não dispõem de grande coisa. Fora as iniciativas dos comunistas, que em sessões de esclarecimento e outras realizações públicas, divulgam as questões em jogo e o jogo antidemocrático manobrado pela «AD», pouco mais se sabe que as magras notícias que nos vão dando conta do «andamento dos trabalhos».

Relegada para o segredo de uma comissão, longe do olhar e dos ouvidos do público, a revisão é um segredo. Um segredo importante. O que está em jogo é o próprio regime democrático. «A revisão da Constituição que a «AD» prepara representa um perigo iminente para a democracia», alertou recentemente o camarada Álvaro Cunhal, no discurso de abertura dos trabalhos da Conferência sobre o Poder Local.

«Mesmo que a «AD» não consiga eliminar da Constituição os princípios relativos às grandes transformações democráticas nas estruturas económicas — bastará que obtenha (como pretende) a transferência para o Governo das competências militares actualmente reservadas ao Presidente da República e a do Conselho da Revolução (designadamente a de nomear os Chefes de Estado Maior) para que possa nomear uma nova hierarquia militar fascizante e alcançar assim o controlo, a governamentalização e a partidização das Forças Armadas que se tornariam

um instrumento do seu golpe político contra-revolucionário», afirmou ainda o secretário-geral do PCP em Almada.

### Receios confirmados

Recentemente a «AD» propôs uma drástica redução dos poderes do PR, visando a degradação substancial do estatuto do Presidente da República. Seriam eliminados no querer da aliança reaccionária as «funções de comandante supremo das FA's», passando para o Governo o poder de nomear as chefias militares. O alerta do PCP veio a confirmar-se. Neutralizar o direito de veto do PR às leis e decretos, eliminar o direito de exonerar o Primeiro-Ministro, são outras das pretensões que a «AD» apresentou. Não foi por acaso que a «AD» adiantou agora estas pretensões. Antes das eleições presidenciais em que foi derrotada, a «AD» que pensava ainda eleger o seu candidato Soares Carneiro, propugnava então o reforço dos poderes presidenciais.

No princípio da semana foram discutidas três questões: o poder do PR para marcar as datas de eleições, o poder de dissolver a AR, o poder de designação dos chefes militares.

No primeiro dos casos, quer o projecto da «AD», quer o da extinta FRS, propõem-se retirar ao PR o direito que hoje possui de marcar a data das eleições para a Presidência — a «AD» vai até ao ponto de pretender que seja o Governo a fazê-lo!

Os deputados comunistas e os do MDP opõem-se a essa proposta e a «AD» faltou-lhe ainda o apoio do PS, ASDI e UEDS.

No segundo caso — poder de dissolução da AR —, a aliança reaccionária propõe limitá-lo de tal modo que o PR não possa proceder a essa dissolução durante os 12 meses subsequentes à eleição dos deputados. Os partidos da FRS, propondo que o PR não possa dissolver a AR nos últimos 6 meses do mandato, acabaram por concordar com tal limite e, embora achassem exagerado o prazo de 12 meses, adiantaram que 6 meses seria bem. Os comunistas, por seu lado, exprimiram a sua oposição a tais limitações, reservando a sua opinião.

Quanto à questão das chefias militares, o PS defendeu que as mesmas passassem a ser designadas pelo PR mas sob proposta do Governo. Tal posição do PS é explicitamente irredutível. O que a «AD» aproveitou, pois, embora defendendo que devia ser o Governo a ter o exclusivo das nomeações, não deixou de ser sensível à proposta do Partido Socialista que apreciou favoravelmente.

O Partido Comunista defendeu a actual solução constitucional, que o seu projecto se limita a explicar.

Eis o que está actualmente em questão. Eis os perigos. E, ao mesmo tempo que na Comissão de Revisão estas questões se discutem, cá fora, sob as luzes da TV de Proença, os dignitários da «AD» insurgem-se contra o direito de os militares se pronunciarem sobre questões que afinal lhes dizem directamente respeito.

Sobre o processo de revisão, sobre o andamento dos trabalhos, sobre o que as diferentes forças políticas tentam fazer valer, sobre as questões mais importantes em jogo, colocaremos em breve algumas perguntas aos camaradas do grupo parlamentar comunista que representam o PCP na Comissão de Revisão Constitucional. Em entrevista que contamos publicar na próxima semana.

# Projecto de lei do PCP visa garantir aos escritores o direito à segurança social

Apresentado recentemente na mesa da Assembleia da República, um projecto de lei do Partido Comunista Português sobre o direito dos autores portugueses à Segurança Social vem abrir a esperança a escritores e outros autores de obras intelectuais de serem considerados perante a lei como trabalhadores comuns, com direito a um esquema que os proteja, enquanto autores, contra os riscos da doença ou invalidez e da velhice.

Escritores, compositores musicais, artistas plásticos, autores cinematográficos e outros criadores de obras intelectuais vêm de há muito reivindicando — conforme constata o projecto comunista —, através dos seus organismos representativos, que se ponha termo a (uma) situação de flagrante e injustificada discriminação. Sem êxito porém. Apesar dos múltiplos esforços desenvolvidos. Apesar de

em arquivos ministeriais esta-  
pendentes há anos,  
aguardando despacho,  
volumosos trabalhos preparatórios  
e estudos de direito com-  
parado.

Não foi porém apenas a urgência que mobilizou o grupo parlamentar comunista para a apresentação de um tal projecto. O projecto do PCP não pode ser classificado de apressado, já que, também ele, é resultado de muitas consultas e de um trabalho preparatório que cuidou de ouvir os principais interessados. Com efeito, não só técnicos de segurança social, como também autores concededores da problemática que este tipo de legislação levanta, participaram na preparação das bases sobre as quais os deputados do PCP trabalharam e cujo resultado agora veio a público sob a forma do diploma a ser apreciado na Assembleia da República. Diploma que, apesar de se di-

rigir a uma camada muito específica de trabalhadores, teve o cuidado de não enfermar de um espírito elitista que poderia facilmente desnaturar o conteúdo do mesmo e as razões que levaram à sua elaboração — estender o direito a trabalhadores que dele estavam privados.

O projecto reconhece desde logo as dificuldades levantadas à criação de um esquema específico.

Tomando como exemplo a situação dos escritores — escreve-se no projecto —, tais dificuldades derivam de vários factores, quase todos eles de verificação simultânea: o carácter aleatório e contingente do trabalho que desenvolvem e a variabilidade dos respectivos rendimentos; o facto de, em relação à esmagadora maioria dos escritores, a actividade literária se exercer nas horas livres que lhes consentem o exercício de outra profissão, da qual retiram os proventos necessários à sua própria subsistência e do seu agregado familiar; a própria definição do escritor, da qual terá de partir-se para o estabelecimento do esquema pretendido.

Quais foram, pois, os critérios para definir o escritor?

O projecto comunista, socorrendo-se de princípios seguidos internacionalmente, estabelece que «são abrangidos pelo regime delimitados na presente lei os

escritores que exercendo ou não outra actividade profissional, e auferindo principal ou acessoriamente rendimentos provenientes da sua actividade literária, hajam publicado um mínimo de três obras».

A partir desta definição reconhece-se entretanto que qualquer tentativa de aplicação pura e simples dos regimes de segurança social vigentes aos escritores e outros autores determinaria, atendendo à especificidade das respectivas condições de trabalho e de remuneração, uma protecção social incompleta e de nível inferior à dos restantes trabalhadores. Conclui-se portanto o projecto comunista por um esquema próprio que, tomando por base o regime geral de segurança social, o adapta às características e condições próprias dos autores, tanto no que diz respeito às prestações, como em relação aos sistemas de financiamento.

O projecto propõe que beneficiem, escritores e outros autores, a partir da mesma data da atribuição, nos termos gerais, de subsídios de doença e maternidade, prestações familiares, pensões de velhice ou de invalidez e pensões de sobrevivência, entre outras.

Para o cálculo dos montantes das prestações — esclarece o preâmbulo do diploma apresentado na AR — foram adopta-

das as percentagens previstas no regime geral, as quais incidem, como não podia deixar de ser, sobre os direitos de autor recebidos pelo interessado, com necessária e objectiva actualização. Distinguiu-se, porém, a situação dos autores em regime de dedicação exclusiva, aos quais se garante uma base mínima de incidência, por forma a dar resposta a situações de mais grave carência.

Entre outras das disposições que o projecto contém, salienta-se, pela sua importância, aquela que determina que, embora não se considerando o novo regime como podendo ser aplicado retroactivamente, se assegurem desde já pensões mínimas aos que pela sua idade ou perda de capacidade do trabalho não poderão satisfazer os períodos mínimos de inscrição nem sequer, eventualmente, inscrever-se neste regime. Estabelece-se ainda providências que salvaguardem os direitos dos cônjuges sobreviventes.

Conforme o próprio projecto adianta, a adopção deste diploma não resolverá completamente os numerosos problemas que os autores portugueses enfrentam. Mas ter-se-á, pelo menos, encetado a reparação de uma velha injustiça, contribuindo-se assim para reforçar as bases do desenvolvimento cultural a que o povo português tem direito.

# Requerimentos Irregularidades no Porto na colocação de professores

Os deputados comunistas António Mota e Jorge Lemos questionaram o Governo a propósito da existência de diversas irregularidades na segunda fase de colocação de professores no Porto.

Estas irregularidades, designadamente a não afixação pública da segunda lista ordenada e respectivas vagas existentes, a não colocação a concurso de tais vagas e o destacamento para distritos muito distantes do Porto, quando existem vagas em distritos mais próximos e mesmo no Porto, foram recentemente denunciadas por um numeroso grupo de professores do ensino primário profissionalizados não efectivos.

O deputado António Mota colocou ainda questões ao Governo, a propósito da possibilidade de encerramento das escolas

preparatórias e secundárias de Matosinhos, Maia, e outros concelhos do distrito do Porto, por não terem sido ainda colocados os funcionários da Acção Social Escolar. Esta situação foi denunciada pelos conselhos directivos das escolas afectadas.

### Um abuso de poder

Um requerimento ao Governo, assinado pelos deputados comunistas Ercília Talhadas, Georgete Ferreira e Jorge Lemos, refere-se aos incidentes ocorridos na empresa Tofa, já denunciados pela respectiva Comissão de Trabalhadores.

A propósito do desaparecimento de um relógio na casa de banho das mulheres, naquela empresa, as trabalhadoras foram chamadas a comparecer e

a agrupar-se no gabinete do director do Departamento do Pessoal, sendo posteriormente convidadas a despir-se, uma por uma, na presença de um homem, a fim de serem revistas.

«O menos que deste acto se pode dizer — afirma-se no requerimento ao Governo — é que ele é um abuso do poder.»

E o requerimento solicita os seguintes esclarecimentos:

— Em que foi fundamentada a referida empresa o arbitrio do poder para obrigar mulheres a despirem-se para lhes passar revista, seja qual for o pretexto?

— Que pensa deste triste assunto a Inspecção Geral do Trabalho e que medidas vai tomar?

— Que medidas vai o Governo tomar relativamente à actuação da referida empresa?

Trabalhadores

# Combatividade na luta dos têxteis Novas paralisações confirmam a urgência de um Contrato justo

Depois das paralisações da semana passada a que o «Avante!» fez larga referência no número anterior, a luta no sector têxtil prossegue nas áreas de maior concentração da indústria, abrangendo mais de 250 mil trabalhadores nas zonas sul, centro e norte do País.

As paralisações, acompanhadas de outras formas de luta, designadamente concentrações no Porto, Covilhã e Guimarães, na quinta-feira da semana passada, destinam-se como é sabido a negociar um contrato colectivo de trabalho único e vertical para todo o sector abrangendo o vestuário, os lanifícios e actividades afins a nível nacional.

Na concentração do Porto, em frente à delegação do Ministério do Trabalho, novamente foram divulgados os grandes objectivos da luta — a maior no sector depois do 25 de Abril — designadamente contra a proposta patronal de 14,5 por cento de aumentos salariais para o vestuário, 19 por cento para a algodoeira, malhas, tapeçaria e lanifícios e 20 por cento para a cordoaria.

No Porto foi ainda reafirmado por uma representante da Federação sindical que o Governo, através do Ministério do Trabalho, "ameaça

de forma arbitrária, ilegal e abusiva, com uma portaria de extensão do contrato do patronato assinado com o Sindetex/UGT, contrato esse que retira mais de 100 regalias e direitos aos trabalhadores dos diversos subsectores", quando a imensa maioria desses mesmos trabalhadores nada tem a ver com o paralelo que certo patronato escolheu para parte no seu contrato.

De novo foi reafirmado também, como sucedeu nas outras áreas abrangidas pelas paralisações e concentrações da semana passada, que nenhum acordo de fábrica ou de empresa, "mesmo que passado a escrito" garantiria por si só os direitos já conquistados pelos trabalhadores, inclusivamente noutros contratos, se o Governo concretizasse a sua ameaça e publicasse uma portaria de extensão do já referido contrato Sindetex/UGT.

Como desde a semana passada não houve qual-

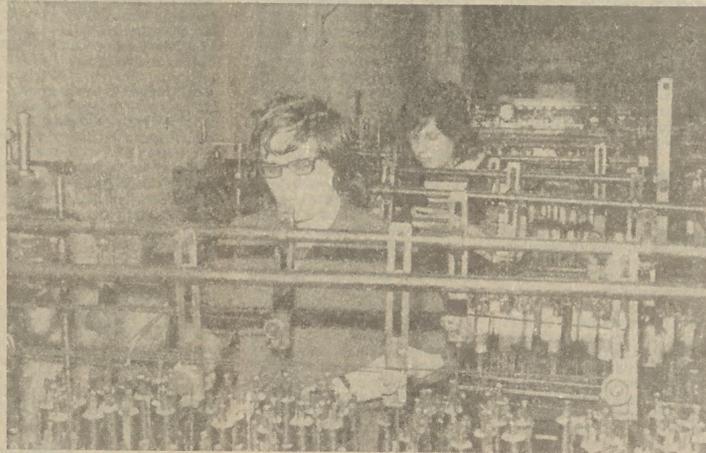
quer evolução positiva nas negociações, insistindo o patronato, através das várias agremiações na extensão do contrato amarelo, os trabalhadores têxteis voltaram a paralisar esta semana na zona sul (períodos de duas horas iniciados em 26 e terminando amanhã), em Castelo Branco (iniciada em 27 uma paralisação de 3 dias), na Guarda (paralisações ontem e hoje).

No Norte prevê-se entretanto o lançamento de uma grande campanha no sentido de esclarecer todos os trabalhadores, designadamente sobre os acordos de empresa.

Em frente ao Ministério do Trabalho, em Lisboa, haverá na mesma data uma concentração acompanhada de diligências junto de vários órgãos de soberania.

A luta desenvolvida entretanto legalmente e sem incidentes por parte dos trabalhadores era alvo de medidas repressivas em Seia onde a GNR carregou sobre trabalhadores da Fisel, ferindo dois delegados sindicais.

A Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP emite, entretanto, um comunicado de protesto "contra a repressão e as manobras de



A luta abrange vários subsectores e empresas de capacidade desigual

que os trabalhadores têxteis são vítimas".

A dado passo do documento, a Distrital afirma que "para procurar vencer os trabalhadores tem o patronato, com o apoio do Governo AD, recorrido a todos os meios desde a traição e a acção divisionista da UGT até à intimidação e à repressão poli-

cial nas empresas, passando pela suspensão de dirigentes sindicais e de outros trabalhadores".

No entanto, o comunicado manifesta a certeza de que, como em lutas anteriores, os trabalhadores "saberão não só manter, mas reforçar a sua unidade de classe".

A Comissão Distrital de

Castelo Branco do PCP manifesta ainda a certeza de que os trabalhadores "serão capazes de encarar com firmeza e serenidade quer a repressão quer as provocações onde elas surgirem", encontrando "em cada momento a forma de acção mais adequada" ao prosseguimento da luta.

## 100% na Carris

«Praticamente 100 por cento de adesão entre os trabalhadores abrangidos», o que equivale a cerca de 85 por cento de todo o pessoal, é, segundo a Federação dos Sindicatos do sector, o balanço da paralisação da última sexta-feira na Carris de Lisboa.

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, depois de condenar «manobras de toda a ordem por parte da administração» da empresa, que como se sabe depende do Ministério do sector, e de acusar «alguns órgãos de comunicação, particularmente a RTP, de uma «campanha de desinformação», denuncia o apoio servil dos divisionistas ao manobrista da administração e responsabiliza o Governo pelo recurso à forma de luta adoptada e por novas formas de luta que «serão rapidamente desencadeadas», se os administradores da Carris mantiverem a recusa de iniciar as negociações para um Acordo de Empresa.

## 25% para a FP

O Plenário da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública (FP) nas suas reuniões mais recentes, em 15 e 22 do corrente em Lisboa entre outras propostas importantes, decidiu exigir 25 por cento de aumentos salariais para 1982. Além desses aumentos, foi reclamada a actualização das diturnidades e dos subsídios de refeição.

A Frente Comum, de que depende a CNS (Comissão Negociadora Sindical) engloba 29 Sindicatos que representam mais de 300 mil trabalhadores da Função Pública em todo o País.

Segundo um comunicado distribuído depois da reunião de 15 do corrente, e após uma reunião da CNS com uma comissão mandatada pelo ministro da Reforma Administrativa para discutir as reivindicações sindicais, o Plenário exige que essa comissão governamental respeite o compromisso que ela própria expressou, segundo o qual «procurará seriamente acordos com os Sindicatos e terá capacidade para procurar consensos sobre as matérias em discussão».

## Gestão da «política» ou política de gestão?

Com o título geral "à guisa de comentário a uma política de gestão", acaba de sair o número especial de Outubro da *Cartilha*, grupo da célula do PCP na Fidelidade Grupo Segurador, EP. O boletim abre citando parte do Decreto 72/76 sobre "orgânica de gestão e fiscalização das companhias de seguros de capital português nacionalizadas". Segundo os números 1 e 2 do artigo 6.º desse diploma em vigor, os **Conselhos de Gestão devem divulgar por escrito a política de pessoal e organizar os instrumentos adequados e essa mesma política, que será definida após audição dos órgãos institucionais de representação dos trabalhadores.** Pelo teor do resto do boletim se vê que pelo menos essa parte do Decreto citado não tem sido cumprida pelos gestores do aludido Grupo Segurador.

## Fundição de Oeiras

Ao fazer-se eco das preocupações dos trabalhadores da Fundição de Oeiras quanto à segurança dos postos de trabalho, pois consta que «algumas secções vão ser vendidas, nomeadamente plásticos e fundição injectada», tendo saído já da empresa alguns moldes para a Indústria, a célula do PCP naquela importante empresa do ramo metalúrgico pergunta «o que se passa» e reclama algumas respostas que a CT, se actuasse como lhe compete, já deveria ter obtido e divulgado publicamente. Os trabalhadores comunistas, encarando a situação, fazem algumas perguntas sobre o que sucederá a várias secções da fábrica e alertam todos os companheiros de trabalho para que se mantenham «vigilantes e unidos» em defesa dos seus empregos e da economia nacional.



Metalurgia e metalomecânica em crise permanente

## Salários da INCM-EP

Os trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda concluíram com a administração daquela empresa pública um acordo salarial que produzirá efeitos entre 1 de Julho e 31 de Dezembro do ano corrente. Os novos salários, «embora não sendo integralmente os constantes da proposta sindical, estão muito próximos daqueles, apresentados pela Comissão Negociadora Sindical, e podem considerar-se minimamente satisfatórios», afirma a CNS. Num comunicado transcritos pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, em 20 do corrente, aquela Comissão Negociadora acrescenta que «apesar de o presente acordo significar um passo importante na melhoria das condições de vida dos trabalhadores da INCM-EP (foi a primeira tabela negociada com os seus representantes) necessário se torna desde já estarmos atentos ao desenrolar das negociações do clausulado social e de uma nova tabela a partir de Janeiro de 1982 para eficazmente, em nome dos nossos Sindicatos, assegurarmos e defendermos os nossos legítimos direitos e interesses». A CNS apela no final à «rápida conclusão do Acordo de Empresa».

# Contratação colectiva Patronato e Governo contra as Leis

## ● Movimento sindical rejeita corte de direitos e imposições

Decisões de vário alcance, incluindo uma intervenção junto da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram tomadas recentemente por 18 federações sindicais que abrangem praticamente todos os ramos de actividade. Objecto de uma análise conjunta e de um comunicado subscrito, também, pela CGTP-IN, aquelas decisões referem-se à situação nacional da contratação colectiva.

Além da intervenção junto da OIT para «denunciar o comportamento do Ministério do Trabalho e do Governo», alertando aquela organização internacional «para as graves ameaças que o Governo português lança sobre a liberdade sindical e o direito à negociação colectiva», a CGTP-IN e as 18 federações, incluindo a dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, manifestam, designadamente, «a sua disposição de recorrer a todos os meios ao seu alcance e formas de luta contra este Governo, na defesa dos direitos que constituicionalmente lhe são atribuídos e contra a tentativa de revisão constitucional e, em particular, da legislação do trabalho».

Pela grave situação dos contratos e de outras convenções legais é responsável principalmente o Governo AD. O mesmo sucede com o estado a que chegou a generalidade das negociações.

Mas «a situação actual caracteriza-se por uma forte ofensiva do patronato e do Governo», esclarece o comunicado que nunca separa, antes faz coincidir, como na realidade acontece, a acção dos grandes patrões e da coligação governamental.

Por outro lado, a análise da contratação colectiva, como direito dos trabalhadores reconhecido pela Constituição e a situação política que caracteriza as tentativas de revisão constitucional da Lei são bem sublinhadas pela Central e pelas Fede-

rações que referem as violações da liberdade sindical e de todos os outros direitos conquistados pelos trabalhadores e que têm expressão constitucional.

### Governo e patronato na mesma ofensiva

O patronato, enquanto recusa a negociação — assinala a CGTP-IN e as Federações — utiliza as organizações paralelas da UGT para impedir o exercício daquele direito (de negociação), enquanto procura retirar direitos e regalias, bolcota todas as vias de resolução dos conflitos, pressiona o Governo para retirar aos sindicatos o direito de contratação colectiva, bem como, outros direitos e regalias através das portarias de extensão.

A acção do patronato é secundada principalmente pela acção do Ministério do Trabalho que «não utiliza os meios de que dispõe no sentido de procurar as vias legítimas para a resolução

dos conflitos; ameaça intervir administrativamente para retirar a liberdade de negociação; cria as condições objectivas para que o patronato não negocie».

Depois de responsabilizar o Governo por «graves violações à liberdade negociada», o comunicado com data de 22 do corrente sublinha que esse mesmo Governo «continua a recusar o direito de contratação colectiva na Função Pública; procurou impor um tecto salarial a partir das empresas públicas; não publica, ou retém, convenções acordadas nessas empresas; reformula-as arbitrariamente para piorar matérias com as quais anteriormente concordara, como no caso das carreiras dos enfermeiros; arrasta a resolução dos processos onde lhe cabe (a ele Governo) intervir», como seja por exemplo a situação dos assalariados agrícolas, «onde leva mais de ano e meio a intervir mal e parcialmente».

O comportamento do Governo, através do Ministério do Trabalho, é um comportamento demagógico, como é aliás o do Governo de que esse ministério é parte, «quando afirma respeitar a liberdade de negociação e privilegiar o entendimento das partes na contratação. Para o Governo existem dois pesos e duas medidas: a intervenção administrativa é boa, se visa retirar o direito de contratação colectiva ou retirar outros direitos e regalias; é má, se legítima, como é o caso flagrante do processo dos trabalhadores agrícolas nos distritos onde não é possível celebrar convenções», designadamente por não existirem aí associações patronais da lavoura.

Foi neste quadro e depois de analisarem pormenorizadamente a situação que as Federações e a Central decidiram:

- Repudiar energicamente o comportamento do Ministério do Trabalho e do Governo, claramente violador do direito de contratação colectiva e da Constituição;

### O exemplo dos têxteis

«O exemplo dos têxteis é significativo — reafirma o comunicado. O patronato procura retirar mais de 100 direitos e regalias, através de uma organização paralela; o Governo em vez de defender a liberdade de negociação fecha todas as portas à resolução do conflito; o patronato vai ao ponto de se gabar de que não tem que negociar, porque o Governo, através do Ministério do Trabalho, lhe prometeu que retiraria esses direitos e regalias através de uma portaria de extensão».

Após ter referido que «o patronato e o Governo são ainda responsáveis por graves violações ao exercício do direito de greve» (citados os exemplos dos CTT e da Cimpor), as 18 federações nacionais e a CGTP-IN sublinham que «a acção do patronato e do Governo se insere numa acção mais ampla de revisão constitucional da Constituição e, em particular, da revisão da legislação do trabalho, com destaque para a lei dos despedimentos e a própria lei da greve, que se procura reaver, ou impedir o seu exercício, por meios directos e indirectos», sem respeito mais uma vez pelo que dispõem muito claramente a Constituição e as leis do País.

Foi neste quadro e depois de analisarem pormenorizadamente a situação que as Federações e a Central decidiram:

- Repudiar energicamente o comportamento do Ministério do Trabalho e do Governo, claramente violador do direito de contratação colectiva e da Constituição;

# Químicos em greve

## ● Outras lutas

A recusa do patronato em negociar a revisão das tabelas salariais em vigor desde 1 de Maio do ano passado levou a Federação dos químicos a marcar para hoje 24 horas de greve.

Aquela associação sindical (estrutura intermédia da CGTP-IN) foi mandatada para adoptar a citada forma de luta num plenário representativo de delegados sindicais. As paralisações serão desencadeadas sempre que a Federação da Química e Farmacêutica as entenda imprescindíveis para fazer avançar as negociações

do contrato colectivo e vertical. Assim o decidiu o mesmo plenário confrontado com o bloqueamento das negociações por parte do patronato.

Para confundir as negociações e tirar partido do divisionismo, o patronato procura lançar um sindicato fantasma, o «Sindeque». Ora exigindo a presença deste paralelo nas negociações, ora ameaçando com a conciliação num Ministério hostil aos trabalhadores, os patrões da Química querem limitar os aumentos salariais a 18 por cento sobre os míni-

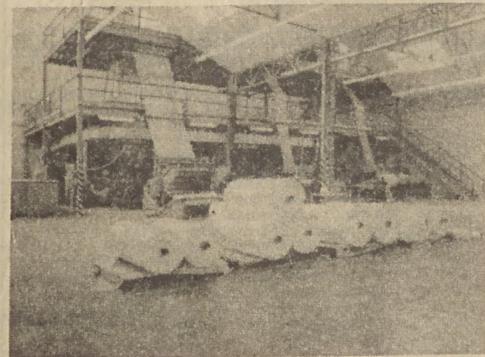
mos em vigor desde 1 de Maio de 1980.

A Federação sindical e os trabalhadores não aceitam essa proposta e repudiam qualquer tentativa que vise limitar o direito de negociação.

A proposta sindical, segundo informações que datam de há uns dias, têm por base um aumento de 14 por cento sobre os salários efectivamente praticados no sector, o que equivaleria a aumentos da ordem dos 33 por cento relativamente aos mínimos contratuais.

A ser aceite a proposta patronal, a maioria dos trabalhadores não receberia qualquer aumento.

Outras lutas se desenvolvem entretanto, por formas várias, na Empec (greve marcada para hoje e posteriormente suspensa), na Sousa Braga (em leilão com salários por pagar), na Spirel, no sector hoteleiro, na firma Dardo (falência em tribunal com remunerações em atraso), na Vaessen (redução de salários), na Flexipol, CNN, SRN e em outras empresas como a Sousacor onde 60 trabalhadores não recebem salários há sete meses.



Um aspecto da Quimigal a maior empresa do sector químico

# Páram farmácias e enfermeiros

## ● 40 horas de greve começam hoje no Sul

Profissionais de farmácia e enfermeiros do Norte e Sul do País recorrem à greve para fazer valer os seus direitos no âmbito da contratação colectiva.

Apilados pelo movimento sindical, milhares de trabalhadores são abejados por uma luta comum a outros sectores onde o Governo AD e o grande patronato põem diariamente em risco direitos constitucionais, postos de trabalho, nível de vida.

No Sul o Sindicato dos Enfermeiros da Zona, depois de ter promovido na última quinta-feira, 22, uma concentração em frente ao Ministério dos Assuntos So-

cial, marcou para hoje, 29, uma greve de 40 horas. Na base da luta está a exigência mais que justa da promulgação de um projecto de carreiras sobre o qual se chegara a acordo com as entidades competentes em 9 de Março findo. O Governo é responsabilizado pelas consequências da greve, durante a qual serão asseguradas as urgências.

O movimento sindical e designadamente o Sindicato

directamente envolvido fazem um apelo à compreensão do público perante a forma de luta adoptada que resulta da intransigência do Governo, da falta de cumprimento dos acordos de que dá provas sobejas ao tentar impor um novo projecto de acordo fora do acordo já aprovado e que deveria ser objecto de um diploma legal.

Dirigentes sindicais explicaram recentemente em conferência de imprensa que o novo projecto do Governo AD é um autêntico «fútil» limitando a apenas 2 por cento o total dos enfermeiros que podem ascender a graus superiores na sua profissão.

Farmácias do Norte

Para ontem e anteontem era entretanto marcada, em nove distritos do norte do País uma greve de 48 horas dos ajudantes de farmácia.

Segundo o respectivo Sindicato, a adopção dessa forma de luta deve-se à recusa do patronato em continuar as negociações do contrato colectivo de trabalho.

Além dos aumentos insignificantes que a associação

patronal pretende atribuir aos salários, há ainda um projecto inaceitável para um regime de serviço permanente que, citando o mesmo Sindicato, «visa retirar ao trabalhador o direito de retribuição do trabalho extraordinário» e privar o público da assistência devida.

A intransigência patronal à mesa das negociações lançou o Sindicato e os trabalhadores a recorrer à greve.

Os nove distritos abrangidos são, incluindo o Porto, sede do Sindicato, os de Aveiro, Braga, Eragança, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

PCP

# Comício em Guimarães Têxteis firmemente decididos a lutarem contra o desemprego

Daqui desta tribuna e como operário têxtil, militante de um partido revolucionário, o Partido Comunista Português, vos afirmo que a nossa luta vai continuar, apesar de as condições serem tão difíceis em que ela se trava, porque é justa, porque é necessária aos trabalhadores têxteis, produtores de riqueza deste país e que têm direito de viver como seres humanos.

Foi no sábado à tarde, em Guimarães, durante o comício que se realizou no Jardim Público daquela cidade minhoto e importante centro têxtil. Comício promovido pela Organização local do PCP e onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP que pronunciou de improviso um discurso de que publicamos nesta página as passagens mais importantes.

As palavras que acima transcrevemos foram proferidas pelo camarada Francisco Vieira, membro da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP, que anteriormente oferecera em nome da Organização que representava, um quadro com motivos têxteis, a principal indústria da região.

Profundamente disseminada, neste concelho e nos concelhos limítrofes, poucas serão as famílias que não têm um dos seus como operários têxteis, quando por vezes não é toda a família amarrada a esta profissão. A par desta indústria a agricultura

é outra actividade dominante. Aqui, todo o operário tem um pouco de camponês, quanto mais não seja para garantir alguns recursos de subsistência.

### Num coreto antigo

Mas na tarde de sábado, muitos homens e mulheres desejaram que o turno da fábrica acabasse mais cedo — nalguns casos terminava às quatro, noutros às cinco — para se poderem deslocar ainda a tempo de assistir ao comício que se realizava no centro da cidade.

Outros, deixaram para domingo o trabalho que tinham para fazer na sua courela e encaminharam-se para a cidade, também eles para assistir ao comício, que pelas bandas da agricultura as coisas não vão famosas, com tudo a aumentar e a produção a diminuir.

No Jardim Público, mesmo no centro da cidade, já tudo estava preparado. Num coreto antigo, todo em ferro, funcionou a tribuna. A rodé-la, uma multidão de alguns milhares de pessoas.

Inúmeras bandeiras do PCP. Alegria, mas predominantemente de confiança e determinação. Homens, mulheres e jovens não encaram abatidos a situação que se começa a viver na região, com pequenas e médias empresas têxteis a encerrarem as portas, com os salários por pagar em tantas outras e com o Governo «AD» alheio, demitido mesmo de tomar qualquer posição que não seja a favor do grande patronato.

### A preocupação da Câmara

Subiram à tribuna os camaradas das diferentes Organizações do PCP convidadas para fazerem parte da mesa que presidiu ao comício, juntamente com o camarada Álvaro Cunhal.

O primeiro orador foi o camarada Henrique de Sousa, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Minho. Depois de referir o panorama catastrófico que se vive naquela região, panorama para que tem contribuído enormemente a política dos sucessivos governos de direita, passou a abordar os casos específicos do concelho, onde a luta não se restringe apenas aos trabalhadores têxteis, mas também protestam os metalúrgicos da Miguel Marques contra um patrão que ameaça de pistola em punho um delegado

sindical, onde lutam os concorrentes às casas do Bairro da Emboladoura pelos seus direitos ameaçados pelo Governo, lutam os moradores da Quinta, mobilizam-se os moradores da Polvoeira e Urgez por causa da água, reúnem-se as autarquias e organizações populares para exigir do Governo os transportes urbanos que Guimarães necessita.

E contudo, neste concelho onde os principais problemas não são resolvidos, como sucede aliás em muitos outros concelhos de gestão «AD» e passividade do PS, o que é que se passa a nível autárquico? Adés e socialistas votam a proibição de faixas de propaganda política nas ruas, sem licença camarária. É esta a grande preocupação da edilidade vimaranense, como o camarada Henrique de Sousa denunciou.

Mas porque essa resolução é claramente inconstitucional as faixas e os panos já estavam por todas as frestas da cidade, aludindo umas ao comício e outras à luta e às próximas greves dos operários têxteis.

### Até à vitória

Falou depois Francisco Vieira, que no início citámos. Como operário têxtil denunciou claramente as manobras dos laiaos do patronato, os elementos do

Sindetex/UGT, que tudo têm feito para retirar regalias aos trabalhadores do sector.

Referindo depois que o Governo em colúlio com estes traidores da classe se prepara para lançar uma portaria de extensão para impor o contrato de tração assilado por este arremedo de sindicato, Francisco Vieira enumeraria os diferentes casos de repressão verificados em diferentes empresas, que vão desde as ameaças até ao encerramento das empresas.

E terminou afirmando: **É esta política que tem de mudar para que mude a vida dos trabalhadores portugueses e, naturalmente, a dos trabalhadores têxteis.**

O comício terminou já a noite caía. A assistência não diminuiria por isso. Antes aumentara em virtude dos operários que terminou o turno de trabalho para ali se deslocaram engrossando a multidão. O comício terminou, mas a luta, em Guimarães, continua. Como foi afirmado pelas milhares de bocas que o gritaram em conjunto. Mas não era preciso dizê-lo: quem de livre vontade pode estar interessado na onda de desemprego que assola a região? Não são, de certeza, os trabalhadores. Por isso em Guimarães, como em todo o país a luta vai continuar. Até à vitória, de que ninguém duvida.



# Álvaro Cunhal no comício de Guimarães: «Pensamos que uma questão tão importante como a revisão da Constituição não pode estar encerrada nos gabinetes da Assembleia da República»

Camaradas e amigos

Antes de mais permiti que transmita à classe operária, ao povo, aos comunistas, aos democratas do concelho de Guimarães as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido Comunista Português.

E permiti também que saude em especial os trabalhadores têxteis que travam uma grande luta, com vitórias consideráveis já alcançadas e com a certeza de que serão satisfeitas todas as suas justas reivindicações.

Encontramo-nos em Guimarães, camaradas, mas há fábricas têxteis por todo o País e creio que estareis todos de acordo de aqui, de Guimarães, enviemos as nossas saudações de combate aos trabalhadores têxteis da Serra da Estrela, que, com uma luta corajosa, tenaz, firme, conseguiram também alcançar as suas reivindicações em numerosas fábricas dessa região.

### A luta dos operários têxteis

(...) Nós sabemos bem — já hoje aqui foram citados — os processos que o patronato reaccionário e o Governo utilizam para impedir que os trabalhadores têxteis alcancem a satisfação das suas justas reivindicações.

(...) Em muitos casos, concentrações importantes da GNR e da PSP procuram amedrontar os trabalhadores. Isto significa que a luta tem exigido e exigirá certamente muita firmeza, muita coragem, muita organização e muita unidade.

Eu creio ser justo daqui saudar em particular os jovens e as mulheres pelo papel muito activo que têm em toda a luta da classe têxtil. Vêem-se aqui neste comício muitos jovens e muitas mulheres, certamente muitas trabalhadoras têxteis. Certo, camaradas, que estaremos todos de acordo numa pequena autocritica: é que haja tão grande participação das mulheres na luta deste concelho, e nesta tribuna vejamos o só mulher. Vamos trabalhar para que na próxima vez muitas outras aqui estejam. Pelas suas responsabilidades, pela sua acção, pela sua militância.

O Partido Comunista Português apoia inteiramente os objectivos dos trabalhadores têxteis em luta. Não reconhecendo o contrato colectivo do SINDETEX, que ao serviço do patronato reaccionário e do Governo assinou um contrato que não serve os trabalhadores e que lhes retira mais de cem regalias anteriormente conquistadas. O Partido Comunista apoia também a luta contra o perigo de uma portaria de extensão que visaria tornar obrigatório para todos os trabalhadores têxteis esse contrato assinado pelos traidores à classe operária — os fanáticos do sindicato divisionista. O nosso apoio é à luta por um verdadeiro Contrato Colectivo de Trabalho.

Entretanto, a luta já mostrou que os trabalhadores têxteis são capazes de fazer recuar o patronato e o Governo. E temos de considerar que naquelas dezenas de empresas onde têm sido conseguidos aumentos de 22 % e mais, em muitos casos com a manutenção das regalias sociais, foram obtidas vitórias consideráveis dos trabalhadores. Não podemos considerá-las apenas como manobras do patronato: trata-se de vitórias reais dos trabalhadores que são produto da sua grande luta.

Sem dúvida que por parte do patronato reaccionário há também uma intenção — eles procuram evitar que seja assinado o contrato colectivo, procuram desmobilizar, procuram evitar que a greve continue.

(...) Isto também nos deve levar a considerar — e particularmente aos trabalhadores têxteis — como vai prosseguir a luta. As reivindicações fundamentais dos trabalhadores não foram ainda resolvidas, não foi assinado um contrato colectivo, a luta tem de continuar, e tem de continuar até à vitória. É necessário encontrar as formas adequadas para que se mantenha a organização, para que se mantenha a unidade e para que todos os trabalhadores, seja nas empresas onde conseguiram os vinte e dois por cento e mantiveram as regalias sociais, seja nas outras empresas, se mantenham unidos, firmes, até à vitória completa da sua luta presente. (...)

O que se passa na indústria têxtil é uma expressão da política do Governo AD para restaurar as condições de exploração e de repressão da classe trabalhadora que existiram durante a repressão fascista. A política deles é a contenção dos salários ao mesmo tempo que aumentam vertiginosamente os preços, são os despedimentos e o agravamento do desemprego, são os contratos a prazo, são as discriminações profissionais em relação às mulheres, em relação aos jovens, é a repressão nas empresas, é a perseguição aos activistas e toda uma série de medidas tendentes a agravar a exploração, a permitir o aumento da enriquecimento dos grandes monopólios do tempo do fascismo. Aliás na indústria têxtil todo o plano que nós vemos é para entregar a indústria têxtil aos antigos monopólios, particularmente aos Meios que se vão apropriando pouco a pouco de empresas ilícitamente e ilegalmente entregues pelo Governo a esses antigos e conhecidos exploradores do Povo português.

Bastaria esta política anti-operária ligada ao plano de restauração do capitalismo monopolista para justificar plenamente a exigência do nosso Partido para que o Governo «AD» seja prontamente demitido. Mas há muitas outras razões que justificam essa exigência.

O camarada Álvaro Cunhal abordou em seguida aspectos da crise económica e financeira, o aumento dos défices da Balança Comercial e da Balança de Transacções e da Dívida Externa, o esforço de destruição inconstitucional das transformações da economia portuguesa e os atentados às liberdades e direitos que constituem práticas quotidianas dos governos «AD».

### A política antinacional da «AD»

A nossa exigência da demissão urgente do Governo — prosseguiu — fundamenta-se também no facto de que este Governo sem qualquer brio nacional, sem qualquer respeito pelos interesses nacionais serve servilmente a política norte-americana. Assisimos há pouco a um incidente internacional que mostra até onde vai o servilismo do governo actual em relação ao imperialismo estrangeiro, particularmente ao imperialismo norte-americano. Todos sabem que o governo norte-americano ante as grandes vitórias dos povos, dos trabalhadores e ante o avanço do processo revolucionário mundial procura lançar de novo a corrida aos armamentos e procura desequilibrar em seu favor o equilíbrio militar que actualmente existe entre os países socialistas e o sistema imperialista. Daí a corrida aos armamentos, o fabrico da bomba de neutrões e a exigência da instalação de novos mísseis americanos em território europeu. Nesta situação é um perigo real para qualquer país que deixe instalar os novos mísseis americanos no seu território. Temos advertido contra isso o Povo português.

É fácil de ver, camaradas, que se houver uma guerra, que os americanos procuram provocar, e uma guerra nuclear, contra quem é que vão as armas nucleares? São dirigidas para destruir as outras armas nucleares. E onde estiverem armas nucleares ali estará um alvo das armas nucleares do adversário. Se se procura transformar o território português, o continente português, num trampolim militar dos EUA com armas atómicas no nosso território é uma ameaça séria para a segurança dos portugueses e para a própria existência do nosso país porque se sabe qual é a capacidade destruidora das bombas atómicas no momento presente. Entretanto, o Governo manifesta-se favorável à instalação no nosso território dessas armas e no momento em que o presidente dos EUA, declarando como declarou há três dias que encrava a possibilidade de haver uma guerra atómica limitada à Europa ficando eles, Estados Unidos, de fora, e deixando que fossem os países europeus a tirarem as custas das do lume, como se costuma dizer, e quando esta afirmação do presidente dos EUA provocou reacções na França, na Inglaterra, na Alemanha, em países capitalistas que não aceitaram que da parte do imperialismo norte-americano houvesse a pretensão de conquistar o domínio mundial através das vidas e da existência dos próprios Estados europeus, o sr. Freitas do Amaral que se encontra numa reunião da NATO na Inglaterra disse que estava muito de acordo com esta política norte-americana.

É uma vergonha para o País, para a nossa independência, para o nosso brio nacional e é uma ameaça séria para a nossa integridade territorial, para a nossa segurança e para a nossa própria existência. É mais uma razão para exigirmos a urgente demissão do Governo «AD» pela sua política de submissão ao imperialismo norte-americano.

### A revisão da Constituição

(...) Nós também reclamamos que o Governo «AD» seja prontamente demitido porque este Governo em toda a sua actuação contra os trabalhadores, contra as conquistas da revolução, contra as liberdades, na sua política externa, em toda a sua política, em toda a sua acção, viola diariamente a lei fundamental da República que é a Constituição da República Portuguesa e a legalidade democrática. (...)

Por vezes, quando fazemos a afirmação de que a «AD» está a preparar na Assembleia da República e no Governo a liquidação do regime democrático e esse plano subversivo e golpista neste momento é a revisão da Constituição há pessoas que duvidam. Talvez porque não conheçam bem o verdadeiro significado da revisão da Constituição. Alerto aqui todos os camaradas, todos os amigos, todos aqueles que, estejam ou não com o Partido Comunista Português, mas queiram que se continue em Portugal a viver em Portugal, para o que pode significar a revisão que se está a fazer da Constituição da República.

Grande parte do nosso povo, na verdade, não está informado das nossas ideias que uma questão tão importante não pode estar encerrada nos gabinetes da Assembleia da República, não pode ser uma questão feita em segredo e nas costas do nosso povo e é necessário que todos saibam o que significa aquilo que está a cozinhar-se na Assembleia da República contra a Constituição e contra o regime. Daí pensarmos que a revisão da Constituição deve ser feita de portas abertas para que toda a gente saiba o que se está a fazer e para que cada qual assuma a responsabilidade nessa revisão da lei fundamental da República.

A Constituição tem sido um obstáculo, um sério obstáculo, a que vá por diante a política do Governo contra as conquistas revolucionárias e a declaração da inconstitucionalidade de muitas dessas medidas tem permitido em alguns casos travar a ofensiva das forças reaccionárias contra as conquistas do nosso povo. Daí a importância — a grande importância — da revisão da Constituição.

O que é que procura a aliança reaccionária com a revisão da Constituição? Procura eliminar da Constituição todos aqueles preceitos que consagram as conquistas democráticas do nosso povo — pretende que já não fique nada da Reforma Agrária, que já não fique nada da liquidação dos monopólios, que não fique nada sobre as nacionalizações e que sejam gravemente atingidos os preceitos constitucionais que se referem aos direitos e às liberdades dos trabalhadores.

### As chefias militares, a «AD» e o PS

Mas o Governo e a sua maioria na Assembleia pretendem qualquer coisa mais: pretendem rever a Constituição naquilo que diz respeito aos órgãos do poder. E pretendem através da modificação da competência dos vários órgãos do poder chamar todo o

poder para eles. Isso é particularmente importante no que respeita ao desaparecimento do CR, à diminuição das competências do PR, e às Forças Armadas.

O que é que pretende o Governo, o que é que pretende a «AD»?

Pretende que desapareça o CR, primeiro, depois pretende que as competências militares actualmente nas mãos do PR passem para o Governo, ou seja que passem para o Freitas do Amaral. E o que é que isto significaria? Significaria que os Chefes de Estado Maior das Forças Armadas e outros Chefes de Estado Maior e toda a hierarquia militar não seriam designados pelos militares, neste caso pelo PR, mas designados pelo Freitas do Amaral, pelos homens da «AD» cuja política, bem sabemos, é reconstituir uma hierarquia militar fascizante que lhes dê um instrumento armado, um instrumento militar que ainda hoje não têm para a liquidação da democracia portuguesa.

Daí o grande perigo que há se há uma transferência das competências militares do PR e do CR para o Governo «AD», para um Governo que quer liquidar a democracia portuguesa. Trata-se na verdade de um perigo real para que os portugueses devam ser advertidos para que entrem também na batalha, para que protestem contra tal medida, para que junto dos partidos respectivos procurem influenciá-los no sentido de que não seja aprovada na Assembleia esta alteração. Nós naturalmente temos muitas discordâncias em relação à actividade, às posições, seja do PR, seja do CR, mas pela nossa parte pensamos que o CR apesar das alterações que se verificaram no processo revolucionário português tem tido, no fundamental, um papel positivo em relação a esta ofensiva reaccionária. E pensamos também que o próprio PR, ainda que nos afastem muitas das suas atitudes, tem tido também um papel positivo na estabilização da vida democrática. Por isso, de nenhuma forma nós podemos concordar em que as competências militares que hoje são do CR e do PR passem para o Governo, passem para o Freitas do Amaral, passem para os reaccionários que querem liquidar o regime democrático, que querem de facto reconstituir uma hierarquia militar fascizante que lhes dê a força militar para depois liquidarem as liberdades, para depois liquidarem o regime.

(...) Isto é o projecto «AD». Mas há outro projecto, que é o projecto da FRS, que é o projecto do PS da revisão da Constituição. Nesse projecto nós vemos que também as competências militares do PR passam efectivamente para o Governo. E isto é um grande perigo porque todos sabemos que a revisão da Constituição não pode ter lugar se na Assembleia da República não há dois terços de votos de deputados para fazer alterações à Constituição. A «AD» não tem dois terços de deputados. Só poderá tê-los se os deputados socialistas votarem com a «AD». Mas como nesse projecto da FRS também as competências militares do Presidente passam para o Governo temos certo receio que por instigação do secretário-geral do PS e da direcção do PS os deputados do PS façam um acordo com a «AD» para a revisão da Constituição e também aprovelem a transferência dos poderes militares do PR. Consideramos que é um perigo real e perguntamos, aos socialistas, aos militantes socialistas, aos trabalhadores socialistas se ficam tranquilos ao pensarem que é o sr. Freitas do Amaral que amanhã vai designar o Chefe do Estado Maior. Eles que digam, os trabalhadores socialistas, se ficam tranquilos ao pensarem que pode ser nomeado CEMGFA um Soares Carneiro que declarava a sua intenção deliberada de liquidar o regime democrático. Se podem aceitar — eles, os trabalhadores socialistas, como nós, uma tal iniciativa?

Nós pensamos, camaradas, que os sentimentos democráticos não são monopólio dos comunistas, que a defesa do regime democrático não é um monopólio dos comunistas. Confiamos nos sentimentos democráticos dos trabalhadores, sejam comunistas, sejam socialistas, ou tenham outra tendência, mas não podemos acreditar que haja trabalhadores com um mínimo de consciência de classe que estejam de acordo que se dê um golpe mortal à democracia passando competências militares para as mãos daqueles que são discípulos do fascismo e querem liquidar o regime democrático. E se assim é será demais nós propormos aos socialistas que nos unamos na luta para impedir a revisão inconstitucional da Constituição? E se o secretário-geral do PS diz: «Eu com os comunistas não quero nada!» poderá ser esse o pensamento dos trabalhadores socialistas que têm o perigo pendente sobre eles próprios e sobre a democracia portuguesa? Pensamos que não, camaradas, e é por isso que nós vemos com grande alegria que dia-a-dia, no nosso país, em número cada vez maior, há socialistas e outros democratas que compreendem que a aliança que querem não é a aliança com a direita, não é a aliança com a reacção, mas é a aliança de todos os democratas, entre os quais comunistas e socialistas para defendermos os interesses dos trabalhadores, para defendermos o regime democrático.

A questão das Forças Armadas a «AD» compreende-a como uma questão decisiva para ela. E é por isso que procura através da revisão inconstitucional da Constituição vir a apoderar-se da hierarquia militar e das Forças Armadas.

(...) Por isso leva a cabo também manobras desestabilizadoras no próprio seio das Forças Armadas. Muitos camaradas e amigos acompanharam isso com o chamado relatório de Timor, que é um golpe contra as Forças Armadas, procuraram criar a desorientação nas Forças Armadas, procuraram comprometer os militares de Abril, e mais: é sintomático dessa operação que logo que foi publicado o relatório — até já antes — comessem os jornais de direita a afirmar: «É o 25 de Abril que está no banco dos réus. São as Forças Armadas que estão no banco dos réus.» Não! Quem está no banco dos réus são os fascistas, são os reaccionários, são aqueles que querem destruir a democracia portuguesa, esses é que devem estar no banco dos réus, não é o 25 de Abril, que deu a liberdade ao nosso povo, que deu a paz ao nosso povo, que satisfaz direitos fundamentais do povo trabalha-

dor e que levou a cabo transformações democráticas importantes.

Quero uma vez mais insistir que da parte do PCP, nós, pela nossa parte, apesar de que os outros partidos não têm essa posição, pela nossa parte não nos oporíamos de nenhuma forma a que continuasse o CR. Não nos oporíamos. Todos o querem fazer desaparecer da Constituição, mas pelo próprio plano subversivo e golpista das forças reaccionárias mostra-se que a democracia portuguesa ainda não está suficientemente estabilizada e defendida. Pela nossa parte nada teríamos a opor que continuasse o CR. Da mesma forma e pelas mesmas razões nós somos opostos à diminuição dos poderes do PR e pensamos que se deve manter a interdependência dos órgãos de soberania e que não se deve tocar nos poderes militares do PR. É também a posição do PCP.

### A aliança PS-PSD nas autarquias, sindicatos e revisão a Constituição

Após referir as propostas do PCP para resolução da crise, nomeadamente as avançadas na última reunião do CC do PCP, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

Quando nós falamos na aliança do PS com os partidos reaccionários por vezes há quem diga e escreva — isso foi escrito há dias, num jornal do PS, no «Portugal Hoje» e apareceu noutros jornais, assinado por socialistas — que isto não é verdade. Que essa tal aliança não existe. Mas também na vida sindical e na revisão da própria Constituição. Nas autarquias, todos nos lembramos de uma proposta feita pelo sr. Capucho, secretário-geral do PSD ao PS para que estabelecessem a unidade nas eleições das autarquias para correrem com os comunistas.

E nós perguntamos aos trabalhadores, aos democratas, aos próprios socialistas o que é que interessa no nosso país? É que os socialistas se aliam à direita, à reacção para procurarem tirar as autarquias aos comunistas e APU, onde os comunistas e APU têm a maioria ou é aliarem-se a todos os democratas e aos próprios comunistas para varrerem a «AD» das muitas autarquias onde têm a maioria, onde levam a cabo uma política contra os interesses das populações, uma política para servirem privilégios, interesses próprios, à custa das autarquias? (...)

E no que respeita aos sindicatos? Eu pergunto aos socialistas se há — sim ou não? — uma aliança entre o PS e os partidos da direita? Como é que foi criada a UGT? A UGT foi criada num chamado congresso constitutivo, Mário Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral lá estiveram. (...) E nós vemos bem o sindicato têxtil fantoche o que é que fez em relação aos trabalhadores têxteis. Foi assinar um contrato colectivo nas costas dos trabalhadores procurando roubar aos trabalhadores mais de cem regalias que anteriormente disfrutavam (...)

No que respeita à revisão da Constituição o perigo é o mesmo. Há socialistas, há dirigentes socialistas, há deputados socialistas que já estão um tanto alarmados com a possibilidade da revisão da Constituição. E é quase certo — para não dizermos certo — que muitos socialistas se recusarão a aprovar uma revisão da Constituição que possa representar um perigo real e imediato para a democracia portuguesa. Eu não quero aqui referir questões internas do PS mas vemos a muitos níveis e a vários níveis que há socialistas que se expressam manifestamente contra esta aliança do PS com a direita.

Nós saudamos sinceramente esses socialistas como aqueles socialistas que nas empresas, nas fábricas, nos campos, nos sindicatos, onde quer que seja defendem também a unidade de todos os democratas para manter e prosseguir o Portugal de Abril e as suas conquistas.

Para a acção comum dos democratas o PCP propõe alguns pontos essenciais. O nosso CC no dia 26 de Setembro deste ano propôs uma plataforma de cinco pontos para poderemos examinar com todos os outros democratas as possibilidades de um entendimento, de uma convergência de acção comum (...)

### Há condições para afastar a «AD» do Governo

A «AD» está cada vez mais fraca, cada vez mais dividida. E essas divisões internas da «AD» reflectem a crise profunda — económica, social e política — que o País continua a atravessar. Certamente, a maior parte dos presentes observaram o que se passou anteontem na AR. Era a eleição do presidente da Assembleia. A «AD» tem uma maioria. (...)

Como há pouco dizia, a «AD» está podre mas não cairá de podre! E preciso fazê-la cair! E para a fazer cair é necessário reforçar as organizações operárias e populares, convencer os que não estão convencidos, unir ainda mais fortemente os trabalhadores, unir os democratas, e lutar mais e mais por um grande movimento nacional irresistível que atire a «AD» borda-fora do Governo e da maioria na Assembleia.

E não digam aqueles que precipitadamente examinam e se pronunciam sobre as posições do PCP que nós ao dizermos que a «AD» deve ir borda-fora estamos a fazer apelos à insurreição. Não, nós não estamos a fazer apelos ao não cumprimento da lei fundamental do País, que é a Constituição e ao não cumprimento da legalidade democrática. É dentro da Constituição e da legalidade democrática que nós pensamos existirem as armas, os instrumentos indispensáveis, para correr a «AD» do Governo e da maioria da AR.

PCP

# Reforçar a organização do Partido

## — palavra de ordem no distrito do Porto

O balanço da campanha de reforço do Partido no distrito do Porto, de Janeiro a Julho deste ano, apresenta-se no seu conjunto positivo.

Em síntese: foram contactados cerca de dois mil militantes desorganizados e entregues cerca de mil e cem cartões em mais de mil e oitocentos militantes. A cota média na ORP subiu de 22 escudos para 35 escudos/mês entre o primeiro semestre de 80 e o de 81. Foram criados 146 novos organismos, entre os quais se contam mais 22 células de empresa, 16 comissões de freguesia e 17 comissões de zona. No mesmo período de 7 meses os efectivos do Partido aumentaram 956 militantes.

O número de militantes que frequentaram cursos de quadros elevou-se a 187 (dois o curso mensal, três o quinzenal, 23 o semanal e 157 o curso básico realizado a nível regional).

Quanto a Centros de Trabalho foram introduzidas beneficiações em 10 dos 35 CT's existentes, entrou em funcionamento um novo centro concelhio em Felgueiras e foi preparada a abertura de mais três (um dos quais na vila de Paredes).

Além dos resultados concretos, um outro aspecto deve ser destacado. Trata-se da melhor compreensão por parte de muitas organizações militantes do Partido da importância dos problemas de organização que se traduziu num notável e quase generalizado acréscimo

de esforços em torno dos principais objectivos da campanha organizativa em curso.

### A reactivação da campanha organizativa

Os meses de férias e depois a festa do «Avante!» provocaram naturalmente uma quebra na campanha organizativa.

Está-se agora a retomar o trabalho interrompido, redefinindo planos e apontando metas concretas até ao fim do ano. Uma primeira preocupação é a da consolidação dos passos dados nos primeiros sete meses deste ano: o contacto regular com os militantes recentemente organizados, o funcionamento dos novos organismos, a dinamização da vida política das organizações, etc.

A programação de assembleias e outras reuniões das organizações e a formação de grupos de contacto para a entrega até ao início do próximo ano dos cartões para o biénio 82/83, a formação de células de Freguesia onde ainda não existem e a dinamização das existentes (que ganha grande importância com a aproximação das eleições para as autarquias) e o alargamento do Partido, são direcções concretas do trabalho a desenvolver nos próximos meses.

A necessidade de desenvolvimento da intervenção do Partido, so-

breitudo numa situação caracterizada por uma inflação galopante, torna o problema de fundos uma das principais preocupações e tarefas. Nos próximos meses o esforço de fundos irá incidir no distrito do Porto na sensibilização dos militantes para a necessidade de elevar a sua cota (campanha «cartão novo, cota nova») e essa elevação deve ter em conta com objectividade a perda real do valor da moeda (quantos militantes reflectiram que, para repor o valor de uma cota mensal de 20 escudos de 1974, hoje são necessários 100 escudos?). Por outro lado, a habitual campanha de fundos do Natal procurará assegurar as receitas extraordinárias necessárias ao equilíbrio das despesas e ao prosseguimento do trabalho do Partido no novo e complexo ano político que nos espera.

A dinamização da vida política das organizações e a sua ligação com as massas, é uma tarefa decisiva para aumentar a capacidade de actuação do Partido. Neste quadro é de sublinhar a realização nos próximos meses de assembleias de muitas organizações para a prestação de contas, a aprovação de objectivos e a eleição dos responsáveis do Partido — direcção de trabalho cuja importância e justiça a DOPP sublinhou numa das suas reuniões.

O reforço da organização do PCP prende-se também com o trabalho de propaganda e a difusão da imprensa do Partido, designadamente o «Avante!» e o «Militante». Há progressos na difusão da nossa imprensa, globalmente considerada. Tornou-se mais regular o envio e a colaboração para esses órgãos, tendo-se revelado positiva a criação de uma pequena delegação do «Avante!». No plano da difusão, foi decidido dar particular atenção à designação de responsáveis nas várias organizações pela tarefa da imprensa e está prevista uma campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante» para o período de Janeiro a Março do próximo ano.

O problema da abertura de novos Centros de Trabalho continua a pôr-se como um problema muito importante: em sete concelhos, o Partido não tem CT na sede do concelho e em cinco desses não há nenhum, sequer, a nível de freguesia. Além disso, há importantes concentrações populacionais, sobretudo na área urbanística do Porto, onde a falta de sedes continua a ser real obstáculo ao desenvolvimento da organização e da influência do Partido. Numa segunda direcção, é necessário prosseguir os esforços para melhorar os CT's existentes e dinamizar a sua vida política.

### A política de quadros

Só uma correcta política de quadros permite enfrentar com sucesso muitos dos problemas e tarefas organizativas existentes. Aprofundar o conhecimento dos quadros, promovê-los e responsabilizá-los, realizar um esforço muito maior na sua ajuda — são orientações que se aplicam inteiramente às necessidades da ORP.

A decisão recente de proceder a um levantamento de quadros em todas as organizações, a actualização dos organigramas de todos os



sectores e o conhecimento actualizado e aprofundado da composição de todos os organismos e da distribuição de tarefas feitas no seu seio, são passos que estão a ser dados nesse sentido.

Uma particular atenção merece o problema dos cursos. Por um lado, trata-se de melhorar o aproveitamento dos cursos existentes, particularmente os cursos mensais e semanais realizados a nível central. Por outro lado, está prevista a dinamização dos cursos básicos regionais, apoiada nos dois colectivos existentes e o lançamento também a nível regional de um curso mais desenvolvido. Finalmente, uma outra linha de trabalho diz respeito à realização de conferências por temas para quadros do Partido que permitam elevar a compreensão política e ideológica a respeito de diversos e importantes problemas com que as organizações do Partido se defrontam.

## Campanha «Natal 81»

A campanha de fundos «Natal 81» destina-se a manter e a reforçar as condições materiais para a acção do Partido no distrito do Porto, o mesmo é dizer, para o desenvolvimento da luta pelos interesses dos trabalhadores e do Povo, para a defesa da democracia, para o combate pela alternativa democrática ao Governo e à política da AD.

A inflação galopante que se verifica no nosso País também atinge duramente a actividade do Partido. Os preços não param de subir (os transportes, as comunicações, o papel, as tintas, as rendas dos CT, etc.). As iniciativas obrigam a despesas cada dia maiores.

Mas as responsabilidades e o papel decisivo da intervenção do Partido em todas as esferas da vida política, social e cultural, não param de crescer. A par do reforço de critérios de austeridade nos gastos, estes tendem necessariamente a crescer de forma a acompanhar as exigências da situação política e a crescente confiança que os trabalhadores e o Povo depositam no Partido.

As disponibilidades de muitos militantes e amigos ressentem-se também com a espiral do aumento do custo de vida. O Partido tem consciência desta realidade. Mas é ne-

cessário que todos compreendam que o PCP, como partido dos trabalhadores, vive e desenvolve a sua actividade com o exclusivo apoio material da classe operária, dos democratas, do Povo português. As responsabilidades e o papel decisivo da sua intervenção em todas as esferas da vida política, social e cultural, não param de crescer.

Apesar de haver camaradas que actualizam regularmente as suas cotas, há milhares de cotizações que não acompanham o ritmo da inflação (quantos militantes têm a ideia de que simplesmente para repor o valor de uma cota de 20\$00 em 75, hoje são necessários 100\$00?).

Há, pois, que discutir a campanha em todos os organismos, estabelecer metas, ganhar politicamente todos os militantes e empenhá-los na realização das tarefas desta iniciativa. Há que formar comissões para a campanha, divulgá-la amplamente junto dos trabalhadores e da população, distribuir e controlar os materiais existentes, elaborar listas de amigos e de militantes capazes de darem contribuições especiais!

Há que recolher ofertas para os mercados de Natal (CT da Boavista e Aníbal Cunha)! Promover iniciativas!

### • CT de Venda do Pinheiro

O 60.º aniversário do PCP e o novo Centro de Trabalho em Venda do Pinheiro foram as duas notas salientes da jornada de convívio recentemente promovida pela Comissão de Freguesia do Milharado. A iniciativa decorreu na Casa do Povo local e contou com a presença de cerca de três centenas de pessoas, militantes e simpatizantes do Partido, socialistas e independentes. Na altura, usou da palavra o camarada Aurélio Santos, membro do CC do PCP. Foram também aprovadas por unanimidade duas moções: uma sobre a invasão de Angola pela tropa racista da África do Sul e outra apelando à unidade entre todos os democratas do nosso País, além de uma saudação ao Comité Central do PCP. O leilão realizado com as ofertas ao Partido proporcionou uma significativa recolha de fundos para o novo CT de Venda do Pinheiro.

### • Encontro de sindicalistas do distrito de Santarém

Com a participação de mais de 90 camaradas, efectuou-se há dias no «Entroncamento» um Encontro Distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP. A análise da situação do movimento sindical no distrito, as tarefas dos representantes dos trabalhadores, a organização do Partido, a situação política e as lutas de massas foram temas que estiveram particularmente em foco no decurso da importante reunião, cujas conclusões apontam para:

— Reforço da organização em torno do movimento sindical unitário a todos os níveis (União, Sindicatos, Delegações Sindicais, estruturas sindicais de empresa);

— Desenvolvimento, apoio e acompanhamento das lutas que decorrem no distrito, por melhores condições de vida, contra a repressão e as manobras do patronato, contra a política do Governo AD/Balsemão/Amara;

— Realização de uma grande acção de esclarecimento sobre a revisão constitucional; desmascaramento do papel do divisionismo; lutar pelos objectivos do tribunal de opinião pública sobre a repressão e violação dos direitos dos trabalhadores;

— Reforço da organização do Partido para a frente sindical. No encontro participaram também os camaradas Dias Lourenço e Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC.

### • Intensa actividade na preparação da 11.ª Assembleia Concelhia do Barreiro

Sob o signo da 11.ª Assembleia Concelhia do Barreiro, que decorrerá no dia 28 de Novembro, decorre uma intensa actividade na respectiva organização do Partido. Os militantes vão ser chamados a discutir o projecto de relatório da Comissão Concelhia, agora em fase de elaboração. De acordo com o calendário aprovado pela comissão concelhia, de 13 a 25 de Novembro, os organismos intermédios, as Comissões de Freguesia, as células, os núcleos e as comissões específicas, participaram activamente nos debates, contribuindo desta forma para o enriquecimento do documento que a Comissão Concelhia apresentará à Assembleia.

Mas antes da discussão do referido projecto, outras tarefas não menos importantes são cumpridas pelos vários organismos. Trata-se do balanço que cada organismo faz ao seu próprio trabalho e da perspectiva das medidas a tomar nas suas assembleias, nomeadamente a eleição dos respectivos organismos de direcção. Na passada sexta-feira realizou-se a Assembleia da Célula da «Tinco», no Centro de Trabalho da Baixa da Banheira. No sábado tiveram lugar as assembleias da célula da CP, da organização da freguesia do Lavradio e da organização da freguesia de Santo André. De salientar que entre as muitas questões tratadas, assumiu particular vivacidade a discussão em torno das quotizações, da imprensa do Partido, da unidade dos trabalhadores, do sectarismo, das autarquias locais e da situação política actual. A participação em cada uma destas assembleias compreendeu um total de 346 delegados e 80 convidados. Foram eleitos para os secretariados das células da CP e da «Tinco» e para as Comissões de Freguesia do Lavradio e Santo André um total de 54 elementos, dos quais 12 são mulheres 68 por cento são operários. Entretanto, na próxima semana é a vez da Assembleia da Célula da «Fisipe», sexta-feira, dia 30, e da Assembleia da Célula da Quimigal na casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, a partir das 9 horas, contando com a participação do camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC, que encerrará os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política, cerca das 17 horas.

### • Reunião de quadros da Banca e Seguros de Lisboa

No último sábado decorreu no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma reunião de quadros das organizações de trabalhadores comunistas da Banca e Seguros da área da capital. Presentes mais de uma centena de camaradas, membros de

secretariados de células e de organismos de direcção. O camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, também participou na reunião e no final fez uma intervenção sobre o trabalho organizativo e a situação política e social que se vive presentemente no País.

O balanço do encontro foi positivo, havendo a salientar, por exemplo, a vivacidade das 25 comunicações apresentadas no decurso dos trabalhos, nas quais foram referidas várias deficiências da organização e apontadas propostas objectivas para a ultrapassagem dos problemas existentes nos dois sectores, no que diz respeito à actividade do Partido.

### • «Lado a Lado Camaradas» em Vila do Conde

Integrado nas comemorações do 60.º aniversário do Partido, realizou-se no passado dia 24, no cinema «Neiva», em Vila do Conde, o espectáculo concebido e montado pelos camaradas de Vila Nova de Gaia «Lado a Lado Camaradas».

Largas centenas de comunistas e outros democratas de Vila do Conde aplaudiram este criativo espectáculo.

### • O Partido na Madeira

No documento aprovado pela Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP divulgado após a sua reunião do passado dia 5, salienta-se no último ponto a importância do reforço da organização do Partido na Região.

Os camaradas madeirenses dizem a dado passo: «Para o desenvolvimento de um grande movimento de repúdio à política do Governo Regional do PPD, são condições essenciais o reforço da organização do PCP na Região e o progressivo alargamento da sua influência.

«A DORAM do PCP desenvolverá todos os seus esforços para que a unidade das forças sociais e políticas democráticas sejam uma realidade na nossa Região.

«No plano organizativo, a DORAM desenvolve a campanha do 60.º aniversário do PCP com vista ao reforço das suas fileiras e da sua actividade, preparando-se activamente para a realização do 2.º Encontro da sua Organização.

«A DORAM do PCP tudo fará para o desenvolvimento do movimento operário, popular e democrático, pelo progresso da Madeira, pela criação a nível nacional de uma alternativa democrática.»

### • Festa da Unidade foi êxito em Tires

Constituiu um assinalável êxito para o Partido a realização da III Festa da Unidade, em Tires (Cascais), grande iniciativa de convívio e amizade que decorreu no passado dia 25, organizada pela Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana. Houve música, coros e canções de luta, com fortes aplausos para J. Barata Moura e J. Jorge Leitão. Os oradores do comité integrado na Festa foram os camaradas Vitor Silva, da Comissão Concelhia de Cascais e presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, e Hipólito Santos, membro do Comité Central do Partido. O sorteio realizado no final do convívio apurou os seguintes números: 3025 (1.º prémio — uma TV a Cores); 4790 (2.º prémio — uma garrafeira); 6101 (3.º prémio — uma biblioteca).

### • Próximas iniciativas

Hoje — reunião de camaradas bancários de Lisboa eleitos para as Comissões de Trabalhadores e secções sindicais de empresa, às 17 horas, no Centro de Trabalho do Chiado; às 18 e 30, inicia-se no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, uma Assembleia de Célula dos trabalhadores comunistas da Companhia de Seguros «Tranquilidade».

Amanhã — os camaradas da Construção Civil residentes na Amadora (trabalhando ou não nesta localidade) reúnem-se no CT do Partido para analisarem os problemas do sector, nomeadamente as questões da contratação a prazo, repressão patronal, higiene e segurança, empregos dos jovens e sua dificuldades; a Comissão de Freguesia de Santa Maria/S. Martinho de Sintra do PCP promove à noite, no cine-teatro Carlos Manuel, naquela vila, um espectáculo com Carlos do Carmo, grupo «Início» e o ilusionista Jofel. A iniciativa começa às 21 horas e insere-se na campanha de fundos para as obras do Centro de Trabalho de Sintra.

Sábado, dia 31 — em Alqueirão-Mem Martins realiza-se uma reunião de militantes das empresas da zona, onde serão debatidas questões de organização partidária e outras. A reunião inicia-se às 10 horas, prolongando-se até às 17. Haverá almoço de confraternização no Centro de Trabalho; a partir das 16 horas realiza-se a 1.ª Assembleia da Organização do Comité Local do Bom Sucesso (Alverca); a 4.ª zona do Comité Local de Lisboa promove na Junta de Freguesia do Alto de S. João (à Praça Paiva Couceiro) uma jornada de solidariedade com a República Popular de Angola, registando-se no programa uma filme angolano, colóquio, teatro e canto livre; a DORAL (Algarve) do PCP realiza às 9 e 30 uma reunião de quadros para discussão da actividade sindical no distrito de Faro.

Dia 4 de Novembro — os delegados sindicais comunistas do sector bancário de Lisboa reúnem-se em plenário, às 17 e 30, no CT Vitória, para discussão de aspectos relacionados com a próxima revisão contratual e outros temas.

pedagógicas nas escolas e falta de habitações para os jovens casais.

No quadro das conclusões da reunião, que se desenvolveu com muita vivacidade e interesse, salienta-se a importância da mobilização dos jovens para as lutas em torno dos seus justos direitos e aspirações, a tomada de medidas para a dinamização das acções reivindicativas nas escolas, o papel das autarquias e a coordenação

das organizações juvenis e a importância da I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora.

Uma das outras ideias desenvolvidas durante o debate — o alargamento da cooperação entre o PCP e a JCP — seria retomada na intervenção do camarada Octávio Pato, que falou também sobre a situação política actual, nomeadamente sobre as questões da revisão constitucional.

## Açores A autonomia e a revisão constitucional

### • DORAA do PCP denuncia as manobras do PPD/Jardim

### • 1.ª Assembleia da Organização em 28 e 29 de Novembro

A análise da situação económica, social e política que se vive na Região Autónoma dos Açores mobilizou recentemente um importante debate na DORAA do PCP, cujas conclusões seriam depois divulgadas à opinião pública através de uma conferência de imprensa realizada na cidade da Horta. A reunião plenária da DORAA decorreu nos passados dias 10 e 11 e marcou para 28 e 29 de Novembro a 1.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP.

No âmbito das conclusões do seu plenário, a DORAA salienta a necessidade de «convergência das forças democráticas nos Açores, com vista a fazer frente à actual e desenfadada ofensiva política e legislativa do Governo Regional».

A posição da DORAA foi divulgada num documento que refere, a propósito: «A DORAA do PCP uma vez mais manifesta a sua firme disposição de, em conjunto com outras forças democráticas, procurar encontrar os caminhos que levem à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e à construção do progresso na Região».

A orientação do executivo açoriano, entre outras consequências gravosas, tem motivado «a acentuação nítida das manobras tendentes a criar condições a uma revisão inconstitucional da

Constituição da República Portuguesa, com vista a intensificar a hegemonia da classe dominante na Região».

Sobre este assunto, os comunistas do arquipélago salientam três importantes aspectos:

• «É, a nosso ver, normal que a Assembleia Regional queira dar uma opinião sobre a revisão constitucional, mas, pretendê-la vinculativa, isso já nos parece falta de bom senso e desproporção. A Assembleia Regional não é um órgão de soberania;

• «Consideramos no mínimo absurdo que a Assembleia Regional não tenha incluído no seu parecer a análise do projecto de revisão constitucional do PCP. Tal facto, para além de revelar o sectarismo e totalitarismo incontrolável da maioria PPD, constitui o reflexo do medo da reacção em se defrontar com as propostas das forças políticas que se empenham em defender, de forma cor-

recta, a autonomia democrática consagrada na Constituição. Tal facto resulta ainda do grande esforço do PPD no sentido de atrair o PS para posições incorrectas e perigosas em reacção à autonomia na revisão constitucional».

• «O PPD e o Governo Regional estão a fazer um grande esforço para anular o Artigo 230.º da Constituição. Isso, como se sabe, vai no sentido duma maior exploração dos trabalhadores açorianos. Tanto assim é que o Governo já fala em decretar um salário mínimo regional.

«O plenário da DORAA tem a certeza de que os trabalhadores e todos os patriotas saborearão impiedoso o grave atentado aos seus direitos e garantias, que seria a supressão do Artigo 230.º da Constituição».

No referido documento, a DORAA do PCP denuncia ainda o decreto regional 8/81 A sobre arrendamento urbano («constitui nítido desprestígio pela Constituição») e as medidas repressivas tomadas contra dirigentes e delegados sindicais e a intenção de ingerência nas estruturas próprias dos trabalhadores.

## Juventude

# I Conferência Sindical da Juventude Trabalhadora

### • Nos finais de 1980 153 mil jovens à procura do 1.º emprego

No final de 1980 a população activa civil à procura do primeiro emprego era de 177 mil, dos quais 153 mil tinham menos de 25 anos; a taxa oficial de desemprego era, nessa altura, de 7,9 por cento, enquanto a relativa àquele grupo etário era de 12,1 por cento.

Este número só por si testemunha a gravidade do desemprego entre a juventude portuguesa, problema que será abordado em profundidade na I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora, a realizar em Lisboa, nos dias 21 e 22 de Novembro, por iniciativa da CGTP-Intersindical Nacional, e cujas actividades preparatórias decorrem em bom ritmo.

O desenvolvimento e dinamização das lutas dos jovens em torno das suas reivindicações específicas e a importância da sua participação no movimento sindical unitário são dois dos principais motivos que levaram o Secretariado Nacional da CGTP-IN a convocar a Conferência, que assinalará, sem dúvida, um momento destacado da luta juvenil em Portugal.

A documentação elaborada para a Conferência está a dinamizar um intenso debate nas estruturas da juventude trabalhadora de Norte a Sul, do País e virá a enriquecer-se com as contribuições e propostas de largas centenas de jovens.

«Sendo uma das camadas da população mais atingidas pela crise do sistema capitalista, a juventude, para além dos problemas político-sociais (...), debate-se com problemas específicos que justificam e exigem por isso mesmo um tratamento e a criação de formas de organização próprias».

Debate que está a decorrer em torno da preparação da Conferência, além de analisar questões diversas relacionadas com a participação juvenil nas tarefas e nas estruturas do movimento sindical unitário, tem-se debruçado sobre as consequências de graves problemas, tais como:

- Ausência de uma política de formação profissional;
- A não ligação entre o conteúdo do ensino escolar e as actividades produtivas e sociais;
- A falta de planificação e

## A situação dos jovens no distrito de Lisboa

Com a participação de cerca de 100 camaradas, decorreu no passado dia 24, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro distrital de quadros do PCP e da JCP de Lisboa.

A reunião foi promovida conjuntamente pela DORAL do Partido e pelas organizações da JCP do distrito de Lisboa, tendo estado presente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

foi analisada e debatida a situação da juventude no distrito, tendo-se destacado os problemas do desemprego (existem na região da capital mais de 60 mil jovens desempregados), formação profissional, contratação a prazo, repressão patronal, agravamento das condições



As duas delegações sauda-ram o desenvolvimento da luta pela paz e o desarmamento em numerosos países do mundo, designadamente na Europa...

As duas delegações pronunciam-se por negociações sérias e construtivas visando parar a corrida aos armamentos, limitar e reduzir os armamentos...

As delegações do PCP e do PSUA saúdam o relinício próximo das negociações entre os EUA e a URSS. Há que exigir dos EUA...

As duas delegações consideram que a luta pela paz é inseparável da luta pela independência nacional, o progresso social e o socialismo.

As duas delegações consideram a luta em defesa do desarmamento e pelo desarmamento uma tarefa da maior importância e urgência...

O socialismo na Polónia é do interesse não só do povo polaco, mas dos trabalhadores e dos povos de todos os países...

As duas delegações expressam a sua solidariedade para com o Poup e o povo polaco na sua luta pela defesa e consolidação do socialismo...

Laos e Afeganistão, contra as ameaças e ataques do imperialismo e dos hegemónistas chineses...

As conversações entre os dois partidos decorreram no ambiente de fraternal amizade e camaradagem que caracteriza as relações entre o PCP e o PSUA.

A visita da delegação do PSUA a Portugal constituiu um importante contributo para o reforço dos laços de amizade entre os respectivos povos...

A visita da delegação do PSUA a Portugal constituiu um importante contributo para o reforço dos laços de amizade entre os respectivos povos...



Relação entre os dois partidos fundada nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário...

A delegação do PSUA convidou uma delegação do PCP a visitar a RDA. O convite foi aceite com satisfação.

Outubro de 1981

intensificar a luta pela paz tanto nos aspectos gerais e comuns como nos aspectos concretos que nos tocam a nós, portugueses»

O mundo gira a favor do socialismo e da democracia

Os sérios perigos resultantes da política agressiva e aventureirista de Reagan não traduzem (ao contrário do que pretende a reacção) que o mundo do capitalismo está a avançar e o socialismo e as forças do progresso social a recuar.

Um breve exame da evolução mundial nas últimas décadas mostra precisamente o contrário. Mostra o avanço, embora irregular e acidentado, do processo revolucionário mundial.

Os países socialistas baluarte inexpugnável dos povos

A União Soviética e os outros países socialistas constituem, no mundo de hoje, a principal fortaleza dos trabalhadores e dos povos, das forças do socialismo, da democracia, do progresso social...

Nos comunistas portugueses, não pretendemos copiar o «modelo» de tal ou tal país socialista. Não temos intenção de imitar no nosso país situações que podem não ser adequadas às nossas condições nacionais.

As forças reacçãoárias fazem grande pressão para que o nosso partido modifique esta sua atitude. Não é preciso dizer que o não conseguirão.

Não é preciso dizer que o não conseguirão. Aquilo que o fascismo em 48 anos de perseguições não conseguiu, não conseguirão os fascistas e outras forças reacçãoárias no Portugal democrático saído da revolução de Abril.

Por isso nós festejamos as realizações e vitórias dos países socialistas, pelo que são em si próprias e porque consideramos que, sendo uma contribuição para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo...

Saudamos o PSUA e o povo da RDA pelo rápido ritmo do progresso industrial e agrícola, pelos grandes êxitos nos domínios da ciência, da técnica, da cultura, do desporto...

Vitórias da democracia na Europa

Dos progressos do movimento operário e das forças democráticas nos países capitalistas, é de referir a Europa com particular relevo. Desde 1974, ano após ano, ouvimos, tanto as forças reacçãoárias...

comunistas porque a política na Europa estava a rodar irremediavelmente para a direita.

Quando tempos atrás, baseados na observação do agravamento da situação económica e social nos países da Europa governados por partidos da direita...

Todos disseram então que se tratava de pequenos acontecimentos conjunturais, mas que a direita continuava solidamente ancorada no poder nos países capitalistas da Europa.

Depois foi o terremoto das eleições francesas. A direita expulsou do poder, uma grande vitória democrática, a participação do PCF no governo.

Nos saudamos essa importante vitória da democracia, confirmando a viragem da tendência da evolução política na Europa capitalista.

Nos saudamos estes factos, como acontecimentos dignos de servirem de lição para certos políticos portugueses que se põem de cócoras ante o imperialismo norte-americano...

Depois foram as eleições no Chipre, de que saiu vencedor o partido Akel, ou seja os nossos camaradas, os comunistas cipriotas.

Discurso de Álvaro Cunhal no comício de amizade PCP-PSUA

Agora foram as eleições na Grécia: tal como na França, a direita cortada do poder e a formação de um governo democrático. Nós saudamos calorosamente esta nova vitória da Democracia.

Saudamos o sucesso do PC Grego que, apesar de fortemente prejudicado pela lei eleitoral e pela corrente do chamado «voto útil»...

«Vê-se que, nos países capitalistas da Europa, a terra treme debaixo dos pés dos partidos reacçãoários. É que as forças da democracia, embora num processo irregular...

As forças reacçãoárias em Portugal falam muito no «vento» que sopra da direita. Mas os factos mostram que na Europa o «vento» recomeçou a soprar da esquerda.

Tal como em França e na Grécia, também o governo reacçãoário em Portugal não tem já uma base de apoio que lhe sirva de suporte bastante para se manter no poder.

A «AD» não resolve nenhum dos grandes problemas nacionais, a crise económica, social e política agrava-se, e, como reflexo, no seio da própria «AD» continuam a rebrantar conflitos e divergências.

A derrota de ontem na Assembleia da República do candidato da «AD» e do CDS para Presidente, candidato no qual se recusaram a votar pelo menos 23 deputados presentes da mesma «AD»...

Até às 5 da manhã de hoje a «AD» procurou forçar nova votação e tentou impor nas suas fileiras a disciplina do voto, para não aparecer hoje perante o País com esta grande e espectacular derrota.

Mas comunistas, socialistas e outros parlamentares da oposição não consentiram a manobra, abandonaram a Assembleia e a «AD», desorientada, desesperada, impotente, sem «quorum», viu-se impossibilitada de fazer nova votação.

A fragilidade da coligação reacçãoária confirma-se neste episódio. Tal como em França e na Grécia, o governo da «AD», o governo da direita, da reacção, acabará por ser derrotado e substituído por um governo democrático.

Factor de peso crescente na situação internacional e na evolução mundial é o avanço do movimento de libertação nacional...

Considerámos de significado e alcance histórico quatro fenómenos verificados no desenvolvimento do movimento de libertação nacional: a consciência de que o inimigo da Independência de cada povo não é apenas o país anteriormente dominante...

Criticamos severamente a política do governo actual e dos partidos que o compõem e apoiam, que declaram por um lado desejar o desenvolvimento dessas relações e, por outro lado, apoiam e estimulam os agrupamentos contra-revolucionários anti-angolano...

que o compõem e apoiam, que declaram por um lado desejar o desenvolvimento dessas relações e, por outro lado, apoiam e estimulam os agrupamentos contra-revolucionários anti-angolano...

Quando tempos atrás, baseados na observação do agravamento da situação económica e social nos países da Europa governados por partidos da direita...

Depois foi o terremoto das eleições francesas. A direita expulsou do poder, uma grande vitória democrática, a participação do PCF no governo.

Nos saudamos essa importante vitória da democracia, confirmando a viragem da tendência da evolução política na Europa capitalista.

Depois foram as eleições no Chipre, de que saiu vencedor o partido Akel, ou seja os nossos camaradas, os comunistas cipriotas.

O relatório de Timor

A publicação do «Relatório de Timor» insere-se nas manobras desestabilizadoras lançadas pelo governo «AD» para tentar enfraquecer e pôr em causa o Presidente da República...

É certo que, a avaliar pelos seus resultados até hoje conhecidos, o tiro saiu pela culatra. Os insultos às Forças Armadas e ao 25 de Abril eram demasiado grosseiros.

Por isso mesmo o governo «AD» e reacção, depois de lançada a manobra desestabilizadora, fizeram subitamente marcha atrás.

Algumas forças na Indonésia defendiam que Timor era parte integrante da Indonésia. Procurámos saber a opinião dos timorenses e perguntámos também a opinião ao PC da Indonésia.

Em Outubro de 1961, teve lugar um encontro oficial entre uma delegação do nosso Partido (de que faziam parte eu próprio e os camaradas Blunqui Teixeira e António Dias Lourenço) e uma delegação do PC da Indonésia...

De passagem lembramos que, quatro anos depois, quando do golpe militar que instaurou a ditadura fascista na Indonésia, o camarada Aidit e todos os outros membros da delegação que se encontraram conosco foram assassinados no monstruoso massacre de 500 000 comunistas.

No encontro os camaradas indonésios foram perfeitamente claros: na sua opinião, a Indonésia não tinha qualquer direito a ter pretensões territoriais sobre Timor Leste...

Esta opinião confirmava o que conseguimos apurar, embora de forma indirecta, da parte timorense e não tivemos mais dúvidas em insistir, como objectivo da nossa luta em relação a Timor o reconhecimento do direito à autodeterminação...

Tendo em conta as diferenças na situação nos diversos países sujeitos ao colonialismo português, inscrevemos em relação a eles objectivos diferentes da nossa luta.

Quando ao processo da chamada «descolonização de Timor», devemos esclarecer que o PCP nunca recebeu, nem da Comissão de Descolonização, nem do Ministro dos Negócios Estrangeiros...

Naturalmente que a propaganda reacçãoária não se conforma com estas realidades.

E, impotente por nada ter a apontar, ao mesmo tempo que quer fazer o relatório de Timor o processo das Forças Armadas e do 25 de Abril, vem com outra tola invenção: o PCP directamente não se meteu na entrega de Timor à Indonésia...

Esta afirmação não é nova, é tola, mas a reacção de há muito a repete sem cessar. Então é tempo de fazer um comentário: Se o PCP, em 1974 e 1975, tivesse tido o poder militar...

Se o PCP, em 1974 e 1975, tivesse tido o poder militar, como diz a reacção, uma coisa é absolutamente certa: as Forças Armadas teriam mantido unidas, as normas democráticas teriam sido respeitadas e observadas...

Um número cada vez maior de portugueses toma consciência das razões profundas da luta que o PCP trava contra a «AD», o seu governo, a sua maioria na Assembleia da República...

Pela violação sistemática da Constituição e da legalidade democrática, pela sua ofensiva violenta contra direitos dos trabalhadores e contra conquistas democráticas...

Por isso o nosso Partido insiste na urgência da demissão do governo, da dissolução da Assembleia da República e da realização de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

Antes das novas expressões da crise interna da «AD», de que a votação de ontem na Assembleia da República é um claro sintoma...

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

O erro foi grande. É urgente rectificá-lo. A política da aliança do PS com a direita, a recusa do PS de acordos e acção comum ou convergente com o PCP...

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

Quando estourou a crise do primeiro governo «AD»/Balsemão, apresentou-se uma notável oportunidade de fácil e justificado afastar a «AD» do governo e encontrar uma saída constitucional e democrática para a crise.

Faltou essencialmente a unidade das forças democráticas e representou importante papel na formação do novo governo «AD» a posição de Mário Soares e do PS ao defender que só um governo «AD» deveria ser constituído.

## Internacional



Banhada pelo Danúbio, Budapeste a ela deve uma boa parte da sua beleza



Atento ao problema, o Estado vai satisfazendo a procura de habitação, particularmente dos jovens casais, construindo a um ritmo intenso novas zonas residenciais. Na foto, o novo bairro de Obuda, recentemente erguido na cidade de Budapeste

## Hungria: o socialismo em construção (I)

## Um milhão de apartamentos construídos em quinze anos apenas em Budapeste

O Comité de Budapeste do Partido Socialista Operário Húngaro foi o primeiro passo de uma pequena e intensiva viagem de oito dias. Um justo primeiro passo: porque Budapeste é uma cidade "gigante" no relativismo da realidade demográfica, sociopolítica, económica e cultural do país; porque o ambicioso programa, virado para a captação do que de mais fundamental foi obtido nos 35 anos de construção do socialismo e os 25 anos de batalha pela superação da situação que redundou numa tentativa de golpe contra-revolucionário — exigia isso mesmo, uma informação concentrada, a mais significativa da realidade e dos problemas da Hungria socialista.

Uma visão superficial e limitada, pelo deambular nas ruas de uma cidade com vincadas semelhanças com Paris, alguns monumentos vistos de corrida, passos mais vagarosos por um dos mercados centrais, com jels de "fiscalização" sobre preços e quantidades e qualidade dos produtos expostos (acrescentemos que o resultado de tal "fiscalização" é — e aprovado —

idade que concentra um quinto da população do país.

**Os índices do gigantismo de Budapeste**

O que mais chama a atenção quando chegamos a Budapeste, cidade com a marca de uma zona já norte da Europa (em re-

com Paris do rosto da cidade se traduzisse particularmente num complexo de "boulevards", entrecruzando-se, abrindo espaços a pequenos jardins e amplos parques, habitados por adultos e crianças até a noite fechar por completo. Um pouco a resposta à nossa fome do verde no quotidiano de uma Lisboa com a marca de terrenos caros, para vender caro e dar altos lucros. Lógica ausente de Budapeste e primeira nota, à superfície das coisas, de uma outra realidade, vivendo e resolvendo problemas colectivos.

Os números alinhados pela camarada Piroška Király na reunião do Comité de Budapeste do Partido elucidam-nos, entretanto, quanto a uma realidade mais complexa, o fundo das coisas (que de forma alguma contradiz, antes ilustra, esta primeira impressão).

Budapeste tem mais de dois milhões de habitantes, uma longa história de 2 mil anos, 27 a 28% de toda a indústria nacional (o que reflecte já um grande esforço de descentralização, pois na década de 60, a cidade concentrava 43% da indústria), correspondendo-lhe metade das exportações nacionais e abarcando uma diversidade de domínios que vai desde as indústrias tradicionais, às telecomunicações e fabricos de televisores. Dos 128 Institutos independentes de investigação científica (não contando com os das empresas industriais), 98 estão em Budapeste. Dos 105 mil estudantes universitários, 62 mil estão na capital, onde igualmente se concentram 2/3 dos teatros. Em 4 mil exposições permanentes, 2 mil localizam-se na cidade de Budapeste.

Números que fazem de Budapeste uma expressão concentrada dos grandes êxitos do socialismo na Hungria, como das dificuldades, dos problemas de crescimento que há que enfrentar.

**Questão central: a habitação**

A pergunta — "para quando a solução do problema da habitação em Budapeste?" — a resposta vem pronta. "Totalmente? Não sabemos. É um problema que se impõe sempre. Porque sempre se quer viver melhor". "Sempre se quer viver melhor", é uma expressão que traduz o importante elemento qualitativo do problema da habitação.

síntese, em termos quantitativos, a questão da habitação deverá estar resolvida em 1990. Em termos qualitativos o problema é de mais difícil resolução, e no fundo pertence à actividade quotidiana da cidade, na perspectiva da melhoria permanente que o socialismo possibilita e as populações exigem — e que impõe o empenhamento de todos.

O carácter diversificado e flexível da solução deste problema é um exemplo de como sem a participação de todos nada é possível concretizar. A prática da mera delegação de poderes é própria das democracias burguesas. A participação popular a todos os níveis, na solução de todas as questões, caracteriza o modo de funcionamento do socialismo. Assim, das 92 mil no-

questões permanentes a que, em cada momento, é necessário saber dar a resposta adequada, a resposta sentida colectivamente e colectivamente aplicada.

Os exemplos sucedem-se. A saúde pública é um sector onde se obtiveram êxitos fundamentais. A situação na Hungria em geral, e em Budapeste em particular, é francamente boa, mesmo face a comparações com as melhores situações obtidas a nível internacional. Pensa-se entretanto que não dá ainda resposta a todas as necessidades. Budapeste gozou do privilégio relativo de uma melhor situação de partida no pós-guerra. Mas a realidade não era a mesma por todo o país. De 1981 a 86 está prevista a construção de instalações hospitalares com um total de 3 200 camas, na capital. Na província impõe-se um mais intenso ritmo de construção.

Ensino — outra preocupação permanente. Actualmente o ensino obrigatório, de base, abarca as crianças e jovens até aos 16 anos. 98% do total de estudantes que saem do básico prosseguem os seus estudos, quer pela via do ensino secundário que desemboca na Universidade, quer pela via de cursos profissionais, que abre igualmente para a Universidade, quer ainda pelo profissional completo. Trata-se de uma situação perfeita? Os húngaros não pensam assim. O ensino é por princípio um sector em aperfeiçoamento permanente. Por outro lado há que considerar factores como o aumento sensível da população escolar. Nos próximos cinco anos terão entrada no circuito escolar mais 43 000 crianças (isto unicamente em Budapeste). Isto implicaria a construção de novas escolas com um total de 2 mil salas, que actualmente contam com 28 alunos cada. O que não parece possível, estando só prevista a construção de mais 1 300 salas de aula. Em síntese, de momento isto implica o au-

des desenvolvidas, como porque, terminou o afluxo da província para a capital, o que se prende à melhoria das condições de vida e de trabalho na província. Tudo isto exige uma reestruturação da produção — reestruturação que se coloca mesmo a nível nacional — para uma mais racional utilização do factor trabalho, uma acrescida produtividade. Porque a produção terá que aumentar sempre, mesmo com a redução da mão-de-obra. Um desafio à ciência, à capacidade da aplicação prática imediata dos seus avanços, uma outra forma de gestão, uma maior participação em todas as questões, dos trabalhadores das empresas. Um desafio comum e característico da sociedade socialista.

**No esforço comum o papel do Partido**

A experiência de 50-56, as formas dramáticas que ela assumiu, o caminho difícil para a sua superação — são aqui constantemente invocados como uma experiência a não esquecer, a não ignorar nunca. Uma vez mais foi referida na nossa reunião no Comité do Partido em Budapeste, pela camarada Piroška Király. "É o afastamento das massas que leva a situações tão difíceis como as que então vivemos". Por isso hoje são preocupações centrais "a direcção colectiva, a ligação com as massas, uma consequente linha política marxista-leninista, uma política aberta". Dessa forma "as dificuldades não se podem ocultar por muito tempo — são bem sentidas, mas por isso mesmo superáveis com o esforço comum".

Palavras da secretária do Comité de Partido de Budapeste que traduzem o estilo de trabalho na capital da Hungria, como por todo o país.

Um exemplo actual — a preparação do plano para os próximos cinco anos representou

trução e reconstrução da cidade, questões ligadas ao abastecimento». Mas não se trata de crítica estéril. Quem critica visa melhorar e sabe dar o seu contributo para tal melhoria. O conhecimento amplamente divulgado das dificuldades tem como contrapartida a ajuda popular para a superação dessas mesmas dificuldades. Não se age por simples decreto, mas pelo esclarecimento e mobilização popular. Dois exemplos esclarecedores. Em 1985 poderão frequentar a creche todas as crianças cujos pais o desejem — uma resultante do trabalho voluntário, do apelo, correspondido, à concretização dos «sábados vermelhos». Uma outra questão — os aumentos de preços. A reforma de preços do ano passado, decorreu sem problemas. E no entanto, quaisquer aumentos, mesmo que o nível de vida não seja afectado, não são notícia agradável. Mas houve um esclarecimento em profundidade e teve-se em conta a opinião pública, ao agravar em particular o preço dos artigos de luxo, não podendo embora evitar as consequências do aumento internacional dos preços de combustíveis.

Esta prática, este intenso trabalho político permanente, exige um Partido à altura. A organização do Partido em Budapeste conta com 215 mil militantes, organizados em mais de cinco mil núcleos. As adesões processam-se ao ritmo anual de 7 mil, 60% dos quais são menores de 30 anos. Dos novos militantes, 60% são de origem operária.

Acompanhando o ritmo de crescimento do Partido procedeu-se a um amplo trabalho ideológico. 65% dos militantes (excluindo o sector de reformados) participam regularmente em reuniões de carácter ideológico. Objectivo: a aprendizagem e profunda compreensão do marxismo-leninismo e da história do Partido. Simultaneamente, cerca de 20 mil pessoas estudam na escola do Partido (metade dos participantes são militantes.

**Do enviado especial do «Avante!»**

Lígia Calapez

pouco que se conseguiu de uma visão directa da cidade.

Mas Budapeste é um mundo. Um espelho e o fulcro da vida do país. E isso ficou bem claro, na soma de informações colhidas no Comité do Partido de Budapeste, onde a nossa delegação de jornalistas de vários países da Europa capitalista, foi recebida pela camarada Piroška Király, mulher de 32 anos, secretária do Comité do Partido de uma ci-

lação ao nosso carácter mediterrânico), não é a sua dimensão turística, os belos monumentos históricos, o imponente Parlamento, as marcas de um passado que se inserem no presente; tão pouco os problemas característicos de uma grande cidade — que o socialismo entretanto alterou qualitativamente. É sobretudo a presença da Natureza, do verde, dos parques, das árvores, por todo o lado, como se a evidente semelhança



Com um rico património artístico e cultural não faltam motivos para o visitante fazer novas descobertas

ção, e também a preocupação permanente do socialismo em corresponder de forma sempre melhorada às necessidades crescentes dos povos.

Na verdade, se o problema da habitação, mesmo onde se desenvolve grandes esforços para o resolver, mesmo onde a habitação, longe de ser negócio, é encargo de toda a sociedade — permanece ainda não superado — Budapeste espelha bem esse problema, e as dificuldades e os esforços concentrados para o resolver.

Quarenta e cinco por cento dos que querem uma nova habitação vivem em Budapeste. Há que acrescentar-lhe a construção de instalações sociais, escolas, hospitais, comércio, directamente ligados à construção da habitação propriamente dita. Já não falando em arruamentos, canalizações, espaços verdes. O estado de envelhecimento global de que se partiu, os estragos da guerra num país então subdesenvolvido. E temos alguns dos parâmetros para compreender a amplitude do problema.

Exemplos elucidativos. No pós-guerra, a idade média dos hospitais existentes era de 80 anos. Havia escolas secundárias com 130 anos. Em 15 anos, metade da população mudou para uma habitação nova. De 1960 a 1975 foi construído um milhão de novos apartamentos.

O que significa que muito foi feito, ainda que recorrendo a um tipo de habitação que em muitos casos já não corresponde às necessidades actuais. E também que muito está ainda por fazer.

Assim, neste momento, há 100 mil pessoas em lista de espera (das quais 24 mil pretendem uma mudança para melhor). O 6.º plano quinquenal prevê a concretização de cerca de mais 92 000 habitações (entretanto haverá que eliminar aproximadamente 20 000). Em

vas habitações previstas, 48 a 50 mil serão construídas a cargo do Estado, 5 mil por outras entidades, como é o caso das empresas, e as restantes pelos próprios interessados, organizadas em cooperativas, com forte apoio estatal — um crédito de 50%, com 2% de juro.

Um outro elemento permite compreender melhor o carácter do problema da habitação no socialismo. Budapeste é uma cidade em que os arredores, nela integrados, não são só os grandes bairros modernos, acrescentadas zonas habitacionais características de todas as grandes cidades. Há ainda um outro anel, bem visível nesse caminho obrigatório do aeroporto, melhor ainda no sobrevoo por sorte possível num dia limpo de sol, um anel feito de pequenas casas, com os característicos telhados inclinados de terras europeias onde sempre chove muito e o traçado envolvente dos quintais. Pequena, pequeníssima propriedade agrícola, na Hungria socialista? Mas não. "Quase todas as famílias em Budapeste têm uma casa de campo", informam-me. Uma realidade para meditar.

**Um mundo de outros problemas e as formas de os resolver**

Problemas não quer dizer obrigatoriamente uma grave situação — ainda que por vezes se trate de questões bem sentidas a exigir resposta permanente. Quer dizer sobretudo que melhorar sempre é um imperativo do socialismo, uma exigência das massas trabalhadoras face ao seu próprio poder.

É assim questões como a saúde, o ensino, a juventude, a promoção da mulher, a intensificação da produção, vivem como

mento do número de alunos-aula. Uma situação em que Budapeste surge desbeneficiada em relação ao conjunto do país.

Falta de mão-de-obra — um problema exclusivo do socialismo, a provar a grande vitalidade de uma economia que se dobra em novas iniciativas e ampliação de sectores de produção, mas nem por isso menos problema. Em Budapeste ele também é sentido. Na verdade, nos últimos anos diminuiu em 100 mil os trabalhadores da indústria. Para os próximos cinco anos está prevista ainda uma diminuição de mais 49 mil.

Pensa-se ainda que a população vai diminuir, tanto pela inferior taxa de natalidade, num processo normal na socie-

dois anos de debate popular. E são múltiplas as formas de debate popular. Reuniões abertas dos núcleos do Partido. Reuniões da iniciativa dos comités da Frente Patriótica, dos Sindicatos, dos organismos da UJC, de par da opinião pedida a especialistas. O papel imprescindível dos meios de comunicação, que no socialismo contribuem largamente, através da resposta adequada à correspondência dos leitores, para a elaboração de linhas de orientação e planos, para a solução de questões do dia-a-dia, para uma crítica salutar e permanente.

«O ambiente político é muito crítico» — afirma-nos a camarada Piroška Király — «crítica-se a burocracia, as formas de cons-

a outra metade não pertence ao Partido e é constituída fundamentalmente por intelectuais), onde se realizam seminários para debate de questões ligadas a filosofia, estética, história, sociologia, abarcando no fundamental o conjunto de ciências humanas.

Em termos sociopolíticos, económicos, culturais, Budapeste é bem o centro da Hungria. Essa a medida da grande responsabilidade do Comité do Partido, do poder operário na capital. O amplo e sistemático trabalho realizado é a expressão concreta da consciência dessa responsabilidade. Expressão de uma acção que se desenvolve em permanente ligação com as massas.



Um comércio com lojas amplas, modernas e atraentes espalhadas por toda a cidade, satisfaz diariamente a procura dos seus cerca de dois milhões e meio de habitantes

# SEMANA Internacional

21 Quarta-feira

Durante a sua tomada de posse do novo primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, afirma que o seu governo cumprirá o programa de mudança que esteve na base da sua vitória nas eleições do passado domingo. A Líbia solicita a convocação de uma reunião ministerial de emergência da Liga Árabe para discussão das tensões existentes ao longo da sua fronteira com o Sudão. Os resultados das eleições para o parlamento autónomo da Galiza dão 26 lugares à "Aliança Popular" (de direita), 24 à coligação governamental espanhola "UCD", 17 aos socialistas, 3 ao "Bloco Nacional Galego Pró-Independente" e 1 à "Esquerda Galega".

22 Quinta-feira

Termina o IX Congresso da Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), que decorreu em Moscovo durante quatro dias. O ministro dos NE de Marrocos, Mohamed Boucetta, anuncia que o Egipto não será convidado para a 12.ª cimeira árabe, que se realizará em finais de Novembro próximo em Fez, devido ao novo presidente egípcio estar a prosseguir a política capitulacionista de Sadat. Todor Jivkov, presidente da Bulgária, propõe a transformação dos Balcãs numa zona sem armas nucleares, sugerindo que o assunto seja debatido no próximo ano durante uma reunião de chefes de Estado de todos os países balcânicos. O parlamento iraniano rejeita o primeiro-ministro proposto pelo novo presidente da República Iraniana, Ali Khamenei, por ele "não ser suficientemente conhecido"; o rejeitado candidato é Akbar Velayati, de 36 anos, licenciado em Medicina pela universidade de Teerão e especializado em pediatria nos EUA, sendo deputado do Partido Republicano Islâmico por Teerão. O presidente mexicano Lopez Portillo abre em Cancun, no México, a cimeira de 22 países capitalistas e em vias de desenvolvimento; num comentário sobre a cimeira, na qual não participa a URSS, a agência TASS acusa Washington de continuar a opor-se vigorosamente à reestruturação das relações inter-Estados numa base mais equitativa.

23 Sexta-feira

O novo governo anuncia um conjunto de medidas económicas e sociais, nomeadamente o início do combate à inflação e o fim da censura a filmes e canções. O presidente norte-americano, Ronald Reagan, recusa na conferência de Cancun, ontem iniciada, as propostas apresentadas para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, considerando que os países em vias de desenvolvimento se devem limitar a criar "um clima favorável para os investimentos estrangeiros". A organização polaca "Solidariedade" anuncia a convocação de uma "greve geral" de uma hora para a próxima quarta-feira; embora o "Solidariedade" afirme que não procura a confrontação com as autoridades polacas, têm-se registado diversos incidentes devido à continuação da propaganda anti-socialista e anti-soviética lançada por aquela organização. O Partido Socialista Francês inicia em Valence (vale do Ródano) o seu primeiro congresso depois de François Mitterrand ter assumido a presidência do país. Cerca de dez milhares de trabalhadores italianos, convocados pelas três principais centrais sindicais do país, efectuam uma greve de quatro horas em sinal de protesto contra a ruptura das negociações com a Confederação da Indústria sobre os meios de controlo dos custos de produção.

24 Sábado

Mais de 100 000 pessoas manifestam-se nas ruas de Londres exigindo o desarmamento nuclear e protestando contra os planos para instalar novos mísseis nucleares na Grã-Bretanha, enquanto, em Roma, também mais de cem mil pessoas se manifestavam contra a instalação de tais mísseis na Sicília. O Partido Comunista Basco (EPK) anuncia a sua separação do Partido Comunista de Espanha (PCE). A imprensa mocambicana anuncia que tropas do seu país abateram no passado dia 14 de Outubro três sul-africanos que procuravam sabotar a linha férrea Machipanda-Beira, na localidade de Doeroi; foram igualmente abatidos três terroristas de uma organização anti-mocambicana que actua em zonas do ocidente e centro do país.

25 Domingo

O governo egípcio anuncia que a polícia e grupos muçulmanos clandestinos travaram uma série de batalhas a tiro nas ruas do Cairo, de que resultou, ainda segundo o governo, a morte de um fundamentalista islâmico e 397 prisões. Termina o Congresso do Partido Socialista Francês com a aprovação de uma moção única onde todas as facções dão o seu apoio à estratégia nela definida para os próximos dois anos. Muitas dezenas de milhares de pessoas manifestam-se nas ruas de Bruxelas e Paris em defesa da paz e exigindo o desarmamento nuclear da Europa.

26 Segunda-feira

Uma delegação dos cinco países que constituem o "grupo de contacto" ocidental para a Namíbia (França, Grã-Bretanha, EUA, RFA e Canadá) chegou a Luanda para tentar obter apoio da África Negra para a última fórmula elaborada pelo Ocidente para a independência da Namíbia, iniciando de imediato negociações com o SWAPO. O chefe do governo polaco, Wojciech Jaruzelski, determina a criação de uma comissão especial para investigar as consequências para a economia das graves desastres causados pelo "Solidariedade". O soviético Anatoli Karpov vence a 9.ª partida do "match" que tem vindo a disputar em Merano, na Itália, com o apêndice de origem soviética, Viktor Korchnoi, para o título, com o apêndice de origem americana, para o 4-1.º campeonato do mundo, aumentando a sua vantagem para 4-1.º ganha o primeiro jogador a alcançar seis vitórias. A Assembleia Nacional francesa aprova, após 14 dias de debate, o projecto de lei relativo ao programa de nacionalizações do Governo socialista e comunista de Pierre Mauroy.

27 Terça-feira

Uma sondagem encomendada pelos jornais "De Standard" e "Het Nieuwsblad" revela que dois terços da população belga são contra a instalação de mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance no território do seu país. Fontes oficiais anunciam a demissão do presidente finlandês Urho Kekkonen, apresentada numa sessão extraordinária do Governo, por estar doente; Kekkonen, de 81 anos, demitiu-se por problemas no aparelho circulatório, após um agravamento da doença acontecido há sete semanas.

**Efeméride da Semana** - A 26 de Outubro de 1917 o II Congresso dos soviets da Rússia adopta os decretos sobre a Paz e sobre a Terra e cria o Conselho dos Comissários do Povo tendo à frente Lenine.

## Internacional

# Cancun, um «êxito» à medida dos interesses das multinacionais

Realizou-se em Cancun, no México, nos dias 22 e 23 deste mês, uma cimeira que reuniu representantes de 22 países capitalistas desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, com o objectivo de debater formas de superar o fosso existente entre estas duas categorias de países - expressão do domínio e exploração de classe a nível internacional.

Presentes dirigentes de oito grandes potências capitalistas, entre os quais, Ronald Reagan, presidente dos EUA, Margaret Thatcher, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, François Mitterrand, presidente de França, Hans Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, A. Suzuki, primeiro-ministro japonês. Entre os representantes dos 14 países subdesenvolvidos representados, os presidentes do México, Lopez Portillo; da Argélia, Chadli Bendjedid; da Tanzânia, Julius Nyerere; das Filipinas, Ferdinand Marcos e a primeiro-ministro da Índia, Indira Ghandi.

Os órgãos de informação burgueses consideraram esta cimeira um êxito. Possivelmente por que não se chegou a conclusão nenhuma... Na verdade, por exigência dos Estados Unidos, a conferência encerrou sem a aprovação de qualquer resolução ou comunicado final. Reagan recusou propostas apresentadas para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Recusou a criação de quaisquer novos processos ou instituições para tratar as relações económicas internacionais. Recusou a possibilidade de negociações globais. Defendeu a continuação da lógica das actuais relações económicas entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou seja, a criação, nestes últimos, de "um clima favorável para os investimentos estrangeiros", a utilização exclusiva de organizações internacionais controladas pelos EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este "êxito" alcançado. «Êxito» que confirma a análise soviética da conferência, que acusa os EUA de "continuar a opor-se vigorosamente à reestruturação das relações inter-Estado numa base mais equitativa, favorecendo a manutenção do estatuto que oferece maiores possibilidades aos lucros dos monopólios norte-americanos".

Não se trata, aliás, de uma posição nova. A oposição do mundo capitalista à resolução da grave situação criada, tem sido sistemática. Na primeira metade dos anos 70 os grandes países capitalistas fizeram bloco contra a Carta dos direitos e deveres económicos dos Estados, proposta para discussão na ONU, Carta que incluía uma série de princípios programáticos como os da coexistência pacífica, o dever de todos os Estados de contribuir para o desarmamento geral e completo, o reconhecimento da interdependência entre desenvolvimento económico e desarmamento. Também na Conferência de Paris,

realizada no âmbito do «Diálogo Norte-Sul», foram rejeitadas as exigências fundamentais dos países em vias de desenvolvimento. Na 35.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, realizada o ano passado, os mais importantes países capitalistas bloquearam a proposta dos países em vias de desenvolvimento de organizar no âmbito da ONU «negociações globais» sobre as questões do comércio, matérias-primas, energia, desenvolvimento económico e relações financeiras - proposta que contava com o apoio dos países socialistas.

### A realidade do subdesenvolvimento

O abismo que separa os países em vias de desenvolvimento, do mundo desenvolvido, exprime-se também em números. Números que falam por si.

O índice médio de esperança de vida é inferior em cerca de 25 anos. Os índices de mortalidade infantil são 5 a 6 vezes superiores aos dos países industrializados. Os sobreviventes, os que conseguem atingir a idade adulta, terão um consumo 30 vezes inferior e irão engrassar os 80% de analfabetos concentrados nos países subdesenvolvidos.

A questão da fome assume



A fome é hoje ainda um flagelo que afecta grande parte da humanidade. Contudo, os grandes países capitalistas, nomeadamente os EUA, que mais exploram a situação de pobreza dos pequenos países do Terceiro Mundo, continuam indiferentes a este problema.

particular aqidade. Um quarto dos habitantes do nosso planeta sofre de desnutrição crónica. A fome atinge 3% da população dos países desenvolvidos e 25% dos habitantes dos países em vias de desenvolvimento, dos quais 450 milhões de pessoas sofrem de grave desnutrição. Acresce que o problema tende ainda a agravar-se. Em 1978 os países subdesenvolvi-

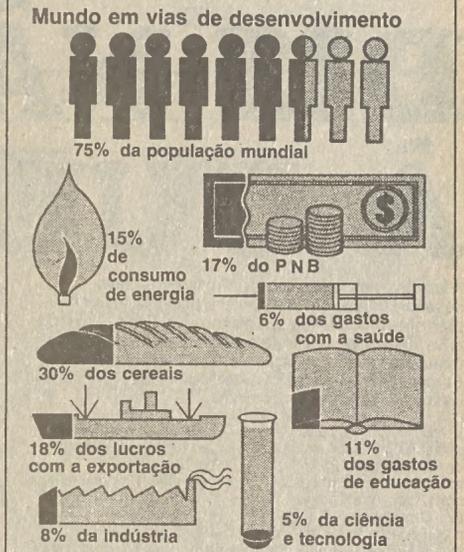
dos importaram cerca de 80 mil milhões de toneladas de produtos alimentícios. As previsões para 1990 apontam para 145 mil milhões de toneladas. Isto apesar de estes países serem exportadores de matérias-primas, incluindo produtos agrícolas. A esta situação em deterioração permanente, acresce o problema do grande peso da dívida externa. A dívida externa dos países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo foi em 1980 de 335 mil milhões de dólares, subindo em 1981 para os 440 mil milhões. Em alguns casos o pagamento anual, só dos juros da dívida, leva até 50% dos ganhos obtidos com o total das exportações.

### Os 31 mais pobres

No palácio da UNESCO, em Paris, realizou-se recentemente uma conferência para debater a questão do subdesenvolvimento. Representantes de mais de 120 Estados, instituições especializadas da ONU e diversas organizações governamentais e não-governamentais discutiram durante uma semana um programa de assistência aos 31 países mais pobres da África, Ásia, Oceânia e Caraíbas.

Estes países - os que estão mais abaixo na escala do subdesenvolvimento - foram escolhidos segundo um critério relativo a três índices: o rendimento "per capita", a parte do sector industrial na economia e a taxa de analfabetismo.

O rendimento "per capita" não ultrapassa em nenhum caso os 200 dólares (a média nos países em vias de desenvolvimento é de 700 dólares e



de mais de 6 mil nos países capitalistas desenvolvidos). A parte do sector industrial na economia não excede os 10% do rendimento nacional global. 80% da população é analfabeta. 280 milhões de pessoas vivem nestes 31 países. De um quarto a um terço são subalimentados. Existe um médico para cada 18 mil habitantes. A esperança de vida não ultrapassa os 45 anos.

### Porquê do subdesenvolvimento?

No decurso da Conferência de Paris grande parte dos participantes expressou a opinião de que só transformações socioeconómicas radicais poderiam criar condições para ultrapassar esta situação. O que significa a realização de uma reforma agrária, o controlo real sobre os recursos nacionais, a mobilização activa desses recursos, o desenvolvimento e reforço do sector público, planos nacionais de desenvolvimento, e naturalmente a ajuda internacional. Em síntese - a realização de uma verdadeira revolução, a liquidação dos laços de dependência neocolonial e das sequelas do colonialismo.

Na verdade o mundo subdesenvolvido não se gerou a si próprio. É fruto da exploração colonial e do seu prolongamento através do domínio neocolonial, em grande parte concretizado pela acção das multinacionais, e que se exprime de forma muito evidente na actual forma de relações económicas internacionais impostas pelo imperialismo.

Há quem ainda ganhe - e muito - com a morte pela fome, de 40 milhões de pessoas todos os anos.

Actualmente existem no mundo cerca de sete mil multinacionais, das quais mais de metade têm filiais em dois e mais países. Aproximadamente 200, entre as maiores, possuem filiais em mais de 20 países. Sete empresas gigantes controlam a indústria petrolífera do mundo capitalista. Quinze dominam a petroquímica. A indústria electrónica está na mão de 10 grandes monopólios. Quinze controlam a publicidade comercial.

O valor da chamada "produção internacional", que é o produto controlado pelas multinacionais, ultrapassa o total das exportações mundiais. Em 1980, como nos anos anteriores, as multinacionais norte-americanas do petróleo foram as que obtiveram mais elevados lucros. Entre as seis primeiras empresas norte-americanas, pelo volume dos seus lucros no ano passado, está a "Exxon" à cabeça, com vendas no total de 110 mil 470 milhões de dólares - quantitativo que equivale ao produto nacional bruto somado de vários países em vias de desenvolvimento - seguindo-se-lhe a "Mobil" e a "Texaco".

Não surpreende, face a estes números, que Reagan se empenhe em Cancun na defesa da "livre iniciativa", na maior abertura dos países em vias de desenvolvimento aos investimentos dos grandes países capitalistas. Os lucros compensam. E Reagan está a defender os interesses dos que levaram ao poder, exactamente com essa função.

O DESARMAMENTO É UMA APOSTA DE PROGRESSO SOCIAL	
CUSTO	OBJECTIVO
600 milhões de dólares	— inoculações preventivas de todas as crianças contra as doenças infecciosas.
750 milhões de dólares	— programa de modernização das cidades compreendendo a demolição dos pardiões.
1,2 bilhão de dólares	— liquidação do analfabetismo (até ao fim do século XX).
3 bilhões de dólares	— produção de géneros alimentícios para garantir o mínimo vital físico.
3 bilhões de dólares	— liquidação das doenças graças ao fornecimento higiénico de água (durante os 10 a 15 anos próximos).
3,2 bilhões de dólares	— aumento de 50% da taxa de escolarização nos países em vias de desenvolvimento.
4 bilhões de dólares	— garantia de uma alimentação decente para todas as crianças.
TOTAL: 15,750 bilhões de dólares - a cerca de 16 bilhões de dólares FONTE: World militarism and social expedites, 1977, Virgínia, U.S.A.	

# «Guerra popular» - o caminho para a libertação de El Salvador

A situação em El Salvador, onde uma Junta fascista no poder, com o apoio dos EUA, continua a oprimir violentamente o povo, foi recentemente abordada numa importante conferência de imprensa realizada em Havana, em que estiveram presentes destacados dirigentes das forças revolucionárias salvadoreñas, nomeadamente da Frente Democrática Revolucionária (FDR) e da Frente «Farabundo Martí» de Libertação Nacional (FMLN). Particular atenção mereceu as revelações de Héctor Dada, até há pouco tempo importante figura da Democracia Cristã e da própria Junta no poder.

«A luta popular de tantos anos está a chegar à sua fase final - disse Mario Aguiñada, comandante e membro da direcção da FMLN. Aproximam-se cada vez mais as batalhas decisivas. A nossa alternativa revolucionária, a nossa luta emancipadora, é conhecida em todos os continentes e recebe a solidariedade de governos, partidos e povos».

### Reconhecimento internacional

Referindo-se ao significado da luta que se trava em El Salvador e à importância que os Estados Unidos lhe dão, acrescentou que o que está em causa «é o exemplo de um pequeno povo que levanta a bandeira da

libertação». Sublinhe-se, com efeito, que El Salvador é um pequeno país com cinco milhões de habitantes e que, com os seus 21 mil quilómetros quadrados, não chega a ter um quarto da área de Portugal, faltando-lhe igualmente riquezas naturais com algum significado.

Aguiñada sublinhou: «Somos um poder real e já não apenas uma alternativa de poder», justificando esta afirmação não só pela situação interna no país mas também pelo reconhecimento internacional, salientando que diversos países latino-americanos tinham subscrito a posição franco-mexicana sobre El Salvador.

Recorde-se que, recentemente, os governos destes dois paí-

Héctor Dada, antigo membro da Democracia Cristã, de que foi fundador e dirigente durante vinte anos, ex-deputado, ex-membro da Junta, diz: «A guerra popular é a única alternativa que resta ao povo».

ses adoptaram uma posição conjunta segundo a qual não haverá solução para o problema salvadoreño enquanto continuarem a ser enviadas armas para a Junta e não for reconhecida a representatividade à FMLN e à FDR. Ainda que sem serem citados, os EUA são ostensivamente visados pela França e o México, nesta sua posição conjunta, que além daqueles apoios teve também, entre outros, o de W. Brandt e da maior parte dos membros da Internacional Socialista.

Durante a conferência de imprensa, foi revelado que entre 80 a 100 acessórios militares dos EUA (o que representa cerca de 12 por cento de toda a

oficialidade nativa) actuem no país, integrados em sectores-chave que lhes permitem ser os verdadeiros «donos» da guerra: no Estado-Maior, nas comunicações, nos serviços de informações, nos transportes por helicópteros e outros.

### O papel da Democracia-Cristã

Entre os participantes na conferência de imprensa - realizada no Palácio das Convenções de Havana, na altura em que ali se realizava a recente reunião da União Interparlamentar (UIP) - mereceu particular atenção

Héctor Dada, fundador do Partido da Democracia Cristã salvadoreña e seu dirigente durante vinte anos, por duas vezes deputado e membro da Junta até à sua ida para o exílio.

Falando sobre o seu itinerário pessoal, Dada referiu-se ao progressivo desencanto de muitos democratas e cristãos sinceros, acrescentando que perante a impossibilidade de controlar os factores repressivos dentro do Exército e de conseguir um governo adequado, diversos membros do seu partido tinham em Maio passado renunciado ao governo. A posição de Dada hoje é clara: «A guerra popular é a única alternativa que resta ao povo».

A propósito do apoio que a Junta recebe de uma parte da democracia-cristã, salientou que dentro desta existem duas correntes: uma paternalista, messiânica e furiosamente anti-comunista, e outra enquadrada numa perspectiva cristã popular. A primeira está afeirada a um «anticomunismo fora de moda» e que «serve para justificar os crimes de Napoleón Duarte», constituindo uma espécie de «falsa mas nova cruzada contra os ateus».

A importante conferência de imprensa - sobre a qual as multinacionais da informação ao serviço do imperialismo fizeram um significativo silêncio - veio revelar a força crescente da oposição salvadoreña, nomeadamente o progressivo alargamento da sua influência e da sua base social, assim como o cada vez maior isolamento dos EUA e dos seus serventários salvadoreños. Tudo indica que, mais cedo do que tarde, o «pequeno povo que levanta a bandeira da libertação» vai ficar mesmo como um exemplo.

# Reunião preparatória da Conferência Afro-Árabe

Realizou-se em Lisboa, no passado fim-de-semana, uma reunião preparatória da Conferência Afro-Árabe, que decorrerá em Luanda de 6 a 9 de Dezembro.

Nas sessões de trabalho participaram cerca de 50 delegados de trinta países e representantes de organizações internacionais. Na noite de sexta-feira, realizou-se uma sessão inaugural de abertura, na «Voz do Operário», com a participação de centenas de pessoas, em que intervieram Omar Al Hamidi, do Secretariado Internacional de Solidariedade com o Povo Árabe; Kabuka Nauyala, dirigente da SWAPO, da Namíbia; António Lengue, do MPLA-PT, de Portugal; Sulaiman Vally Mamede, presidente da Associação dos Amigos dos Países Árabes e membros da presidência

do CPCC, e Silas Cerqueira, da presidência do CPCC e do Conselho Mundial da Paz.

Duas questões fundamentais foram debatidas ao longo dos trabalhos da reunião preparatória - a situação no Médio Oriente e na África Austral, abordadas na Conferência de imprensa que se seguiu ao encerramento dos trabalhos, por Abdallah Saad, do Movimento Nacional Libanês, e António Lengue, do MPLA-Partido do Trabalho.

A reunião preparatória concluiu que a unidade de acção dos povos do Continente Africano contra a estratégia do imperialismo justifica a urgência da realização da Conferência de Luanda.

Foram aprovadas moções de solidariedade com os povos de Angola e da Líbia, vítimas de

ameaças e agressões armadas, e dois importantes documentos, um exigindo a libertação dos presos políticos no Egipto e o fim da repressão e outro em que é condenada a escalada da presença militar norte-americana no Médio Oriente e no Egipto.

Um apelo resultante da reunião afirma que «os interesses comuns que ligam os povos da África e do Mundo Árabe exigem que estes povos intensifiquem a cooperação para o desenvolvimento, a independência e a paz».

A Conferência Afro-Árabe, que deverá encerrar os seus trabalhos no dia 10 de Dezembro, em Luanda, coincidindo com o aniversário da formação do MPLA, será uma conferência não-governamental, com a participação de representantes de

partidos políticos, organizações de massas, organizações nacionais e personalidades. É seu objectivo o aprofundamento do diálogo entre os povos do continente, na luta anti-imperialista conduzida com o fim de conquistar uma verdadeira independência política e económica.

Os três pontos da ordem de trabalhos traduzem esta preocupação fundamental: 1.º - Libertação da Palestina, da África do Sul e da Namíbia e a luta comum dos povos árabes e africanos contra o imperialismo, o sionismo e o racismo; 2.º - Meios e formas de cooperação entre os povos árabes e africanos na sua luta pela independência política, económica e social e pela paz; 3.º - Solidariedade mútua e reforço dos movimentos de libertação e das forças democráticas em África e no mundo árabe.



Apesar da declarada intervenção norte-americana ao lado do regime ditatorial de El Salvador, o povo salvadoreño não abandona as armas. A repressão cada vez se revela mais impotente para conter o descontentamento.

**Internacional**

**Gigantescas manifs em cinco capitais**

# A EUROPA DIZ NÃO À GUERRA!

A luta pelo fim da corrida aos armamentos, pelo desarmamento político e militar, pela paz — é a mais premente e vital tarefa que nos nossos dias se coloca a nível internacional. Tarefa cuja importância se impõe de forma crescente à consciência colectiva dos povos da Europa, criando-se assim as condições imprescindíveis para o seu urgente cumprimento.

Há pouco mais de duas semanas, em Bona, capital da RFA, cerca de 250 mil pessoas saíram à rua para protestar contra a política da NATO que visa a instalação na Europa de novos mísseis nucleares norte-americanos. No último fim-de-semana registaram-se em Londres, Roma, Paris e Bruxelas algumas das maiores manifestações de pós-guerra que reuniram centenas de milhares de pessoas pela paz, contra a corrida aos armamentos, contra as armas nucleares.

Trata-se em todos os casos de manifestações amplamente unitárias, organizadas pelos movimentos para a paz que se fortalecem por todo o continente, e contando com a participação de membros dos vários partidos políticos, com ampla e significativa presença da juventude. O que não significa acolhimento universal da exigência de paz, mas passa por vezes pelo confronto no interior de alguns partidos (como é o caso dos social-democratas da RFA) ou por diferentes posições das alas esquerda e direita de partidos burgueses como o Democrata-Cristão da Bélgica. A ambiguidade de certas posições — que reflectem em qualquer dos casos o peso crescente do problema paz — pode ser exemplificada, por exemplo, pela política prosseguida pelo PSF, que se manteve à margem das manifestações, alegando que as suas palavras de ordem não tinham sido claramente definidas, enquanto no Congresso do Partido (PSF), que decorria em Valence, o primeiro-secretário Lionel Jospin, propunha uma campanha de angariação de assinaturas a serem entregues nas embaixadas norte-americanas e soviética exigindo a paz e o desarmamento simultâneo (dentro da conscientemente falsa tese de igual responsabilidade numa corrida aos armamentos inevitavelmente conduzida pelos EUA).

A envergadura das manifestações foi mesmo reconhecida por quem menos estaria interessado em fazê-lo. O subsecretário norte-americano para os Assuntos Políticos, Walter Stoessel, declarou aos jornalistas na capital belga que "os protestos antinucleares na Europa Ocidental têm de ser tomados a sério e não podem ser refutados simplesmente como sendo inspirados pela agitação comunista". Também Caspar Weinberger, secretário norte-americano da Defesa, afirmou em Londres que "tudo o que consegue colocar 150 mil pessoas a desfilar pelas ruas tem que ser tomado a sério". O que aliás não o impede de acrescentar que isso não é suficiente para alterar a política da administração Reagan!

**Reagan fala claro**

A linha política seguida pela administração Reagan tem uma orientação muito claramente definida — é a linha do confronto e da preparação para a guerra. Não somos nós que o afirmamos. É o próprio presidente dos Estados Unidos (será esta clareza o seu único mérito?).

Os factos são conhecidos, mas vale a pena relembrá-los. Em entrevista concedida durante a estadia de Mitterrand nos EUA, Reagan admitiu textualmente: "pode encarar-se a utilização de armas táticas contra tropas no campo de batalha, sem que isso leve uma das grandes potências a carregar no botão nuclear" (curiosamente a experiência indica, que no que respeita aos EUA, é mesmo possível carregar no tal botão nuclear por falso alarme...). Mas o mais importante é esta forma tão nítida de admitir a guerra como uma possibilidade. Pouco depois o presidente norte-americano daria mais um passo no esclarecimento de todos nós e viria a admitir como coisa possível uma "guerra nuclear limitada" em

iniciação de conversações com a União Soviética sobre a limitação de armamento.

**Belicismo da NATO, a sua expressão em Lisboa**

Enquanto pelas várias capitais da Europa se manifestava, mesmo a nível oficial (ainda que possam ser diversas as suas razões) a estranheza e o repúdio pelas afirmações de Reagan, o ministro português da Defesa verbalizou o costumeiro apoio total à política de Washington, o que já nem é de estranhar, antes se harmoniza perfeitamente com a política global da AD.

contrariar a ameaça e expansão soviética", e do secretário de Estado de Negócios Estrangeiros português, que considerou a reunião como um contributo "para alertar a opinião pública para os riscos da actual correlação de forças na Europa". Dentro da óptica — perigo que "vem aí os russos!", já se vê.

**É preciso alertar a opinião pública**

É este sem dúvida o único ponto de concordância: é preciso alertar a opinião pública! Só que alertar em direcções opostas: na óptica dos "peritos" do belicismo, que pretendem fundamentar



Mais de 100 000 pessoas desfilaram em Londres numa das maiores manifestações contra a instalação de armamento nuclear norte-americano na Europa

território europeu, poupando os EUA. Tanto é tão evidente desprezo pela própria sobrevivência dos povos da Europa provocou reacções na própria NATO. E esclarecimentos apressados que não esclareceram nada. A fase final da reunião de ministros da NATO, que decorria entretanto em Gleneagles, foi dominada por pedidos de esclarecimento em relação a essa "guerra nuclear limitada" à Europa, que Reagan tinha admitido como possível. O secretário de Defesa norte-americano invocou em vão que a frase estaria retirada do contexto, acabando por admitir-la como "hipótese teórica". Entretanto isso em nada alterou as conclusões finais da reunião da NATO. Em comunicado distribuído no final da reunião do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO, reafirma-se a decisão de Dezembro de 1979, de implantação de mísseis nucleares norte-americanos em território europeu, de par com a reafirmação de uma outra decisão — que permanece num terreno excessivamente vago — de

Entretanto decorria em Lisboa, na Gulbenkian, uma conferência sobre "Segurança europeia e defesa civil das grandes cidades", reunindo peritos do belicismo da Europa capitalista, dos Estados Unidos e para que não restem dúvidas a ninguém, da China. Duas tónicas: o reconhecimento, como um obstáculo, do peso do movimento de opinião pública contra a corrida aos armamentos e a reafirmação da "necessidade" de prosseguir pelo mesmo caminho tão claramente repudiado pelos povos europeus. Representantes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, referiram — lamentando — esse crescente movimento pacifista.

De Portugal, o Provedor da Casa Pia, Baptista Comprido, afirmou que "as novas gerações desprezam ou desconhecem os princípios básicos da civilização ocidental e não têm um sentido mínimo de responsabilidade, como cidadãos, capaz de concorrer para o fortalecimento e defesa dos elementos essenciais da filosofia de vida do Ocidente", preconizando uma "mentalização convincente"! Irmanadas na mesma óptica — filmente ao lado do imperialismo — as declarações de um representante chinês, que veio uma outra vez reafirmar que "a Europa e a América têm os mesmos interesses nos seus esforços para

a continuação da corrida aos armamentos; na lógica dos que — sempre em maior número — se batem pela paz. Dia 24 iniciou-se a semana anual das Nações Unidas para o desarmamento. Semana já marcada pelas grandes manifestações em quatro capitais da Europa e que se insere num conjunto de importantes acções, de que se destaca a proposta apresentada pela União Soviética à ONU de total rejeição da possibilidade de um ataque nuclear. Uma proposta cuja aprovação pelos países que possuem armas nucleares seria um importante passo para fechar portas à ameaça nuclear.

Também em Portugal prosseguem iniciativas para esclarecimento e mobilização popular contra as armas nucleares e a agudização da tensão internacional. O Movimento Nacional de Opinião Pública "Não às Armas Nucleares em Portugal", repudiou as recentes afirmações do presidente Reagan, lamentando, simultaneamente, "o apoio dado pelo Governo português, nomeadamente pelo ministro da Defesa, a um projecto bélico que envolveu já investimentos de armas da ordem dos biliões de dólares". Subordinada ao tema "Pela Paz. Pelo Desarmamento", realizou-se ontem, na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, uma sessão pública que se insere no âmbito das acções ligadas à "Semana da ONU pelo Desarmamento".



Em Bona, capital da República Federal da Alemanha, decorreu no passado dia 10 de Outubro uma gigantesca manifestação contra a instalação de armas nucleares americanas na Europa. O povo da RFA, nomeadamente a juventude, tem-se mostrado hostil à comida aos armamentos que a administração Reagan promove



Jovens ostentando máscaras de caveiras e vestindo fatos com esqueletos desenhados protestaram desta forma em Paris, juntamente com milhares e milhares de parisienses contra a política de guerra nuclear que Reagan defende. Na gravura, ainda, uma imitação de um míssil Pershing, que os EUA pretende disseminar pelos países europeus membros da NATO



Também em Roma o povo italiano não ficou indiferente à vaga de protestos que por toda a Europa grassa, contra a tentativa de instalação de armamento nuclear americano a coberto da NATO. Na faixa que se vê por cima da jovem mãe um trocadilho: "Um pequeno inferno (hell) — que substituindo o último l pelo p que se vê entre parênteses se traduziria por ajuda — dos EUA"



Uma figura do presidente norte-americano Ronald Reagan foi vedeta na manifestação — uma grande manifestação — que domingo passado decorreu em Bruxelas contra a nuclearização da Europa

**Bomba de neutrões: debate em Évora**

O Núcleo de Évora do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promove amanhã, com início às 21 horas, no Teatro Garcia de Resende uma sessão-debate sobre a Bomba de Neutrões, em que intervirá o general Costa Gomes, membro da Presidência do Conselho Mundial da Paz e antigo Presidente da República Portuguesa.